

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 077/2023
Data: 05/05/2023



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
PRIVATIZAR PORTO DE SANTOS ESTÁ FORA DE COGITAÇÃO E FOI UM 'DEVANEIO', DIZ MINISTRO	4
POLÍCIA FEDERAL CUMPRE MANDADO DE BUSCA EM SÃO VICENTE CONTRA O TRÁFICO PELO PORTO DE SANTOS	5
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	5
REINO UNIDO ANUNCIA INVESTIMENTO DE R\$ 500 MILHÕES NO FUNDO AMAZÔNIA	5
MINISTRO ANUNCIA INVESTIMENTOS DE R\$ 56 BILHÕES EM TRANSMISSÃO DE ENERGIA	6
OMS DECLARA FIM DA EMERGÊNCIA EM SAÚDE POR COVID-19	7
GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF.....	8
MELHORIAS NA BR-392/RS GARANTEM TRÁFEGO MAIS SEGURO EM SANTA MARIA (RS).....	8
CONSTRUÇÃO DE NOVO TRECHO DA BR-030/BA IMPULSIONARÁ DESENVOLVIMENTO NO OESTE BAIANO	9
NA ESTRADA #005: MAIO AMARELO	10
NOVO PAVIMENTO DA BR-116/PB TRAZ MAIS SEGURANÇA PARA ZONA RURAL DE CACHOEIRA DOS ÍNDIOS.....	11
GOVERNO FEDERAL TRANSFERE CONCESSÃO DA BR-163/MT PARA O MATO GROSSO.....	11
BE NEWS – BRASIL EXPORT	12
EDITORIAL – EM DEFESA DA AVIAÇÃO CIVIL	12
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	13
BR-163 1	13
BR-163 2	13
BR-163 3	13
PortosRio	13
Porto de Santos 1.....	13
Porto de Santos 2.....	13
NACIONAL - AVIAÇÃO GANHA FRENTE PARLAMENTAR NO CONGRESSO NACIONAL	14
NACIONAL - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES VAI DISCUTIR A CONSTRUÇÃO DA ROTA BIOCEÂNICA	15
NACIONAL – SANTOS EXPORT 15 E 16 DE MAIO – BLUS MED CONVENTION CENTER – SANTOS – SP	16
REGIÃO SUL - PORTO DE ÍMBITUBA RECEBE LICENÇA AMBIENTAL PARA OBRAS DO CAIS 3.....	16
REGIÃO SUL - ANTT REAJUSTA TARIFAS EM TRECHO CONCEDIDO DA BR-101, EM SANTA CATARINA	17
ESPAÇO ABTRA - PÍLULAS DE AFC – TRANSPARÊNCIA NA DOSE CERTA	18
REGIÃO SUDESTE - PROGRAMA DE INOVAÇÃO METEOROLÓGICA AUMENTA EFICIÊNCIA OPERACIONAL DO TIPLAM.....	18
REGIÃO SUDESTE - RATINHO VISITA O PORTO DE SANTOS	19
REGIÃO SUDESTE - SANTOS: CESSÃO DE ARMAZÉNS À PREFEITURA É PONTAPÉ INICIAL DA RELAÇÃO PORTO-CIDADE	20
REGIÃO NORDESTE - PORTO DO RECIFE CEDE ÁREA PARA PM DE PERNAMBUCO	22
NACIONAL – VITRINE – BE NEWS	22
OPINIÃO – ARTIGOS – O PROTAGONISMO DOS PORTOS DE AVEIRO E FIGUEIRA DA FOZ NO CORREDOR ATLÂNTICO IBÉRICO.....	24
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	25
RICARDO MOLITZAS, DIRETOR-EXECUTIVO DO SOPESP PARTICIPA DO PROGRAMA PORTO & NEGÓCIOS	25
COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES DEBATE PREÇOS DE PASSAGENS AÉREAS NO NORTE NO PAÍS.....	26
PARCERIA ENTRE OS PORTOS DE ROTERDÃ, NA HOLANDA, E DE RIO GRANDE PROMOVE TROCA DE CONHECIMENTO E NEGÓCIOS	26
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	27
OS PLANOS DA NOVA TRANSPETRO	27
GOVERNO QUER RECOMPOR EM R\$ 1,3 BI O ORÇAMENTO PARA OBRAS DE ANGRA 3	29
DECRETO REESTRUTURA CONSELHO NACIONAL DE FERTILIZANTES, COM PRESENÇA DA PETROBRAS E MME.....	30
ENEVA É CANDIDATA NATURAL A PARTICIPAR DE NOVO TERMINAL DE GNL NO MARANHÃO	31
A CORRIDA PELO LÍTIU: O MINERAL DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA ANTESSALA EPBR	33
JORNAL O GLOBO – RJ.....	34
LULA ENTRA COM AÇÃO NO STF PARA AUMENTAR PODER DO GOVERNO NA ELETROBRAS.....	34
NOVA POLÍTICA DE AUMENTO REAL DO SALÁRIO MÍNIMO TERÁ IMPACTO DE R\$ 82,4 BI ATÉ 2026, CALCULA GOVERNO	36
MINISTRO DAS CIDADES DIZ QUE GOVERNO TENTARÁ REVERTER NO SENADO DECISÃO DA CÂMARA SOBRE A LEI DO SANEAMENTO	36
EMPATE NO STF DERRUBA DECISÃO QUE SUSPENDEU PROCESSOS SOBRE COMPRA DE TERRAS POR ESTRANGEIROS	37
GOVERNO PREVÊ INVESTIMENTO PRIVADO DE R\$ 120 BILHÕES EM ENERGIA RENOVÁVEL NO NORDESTE	38



O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	39
HADDAD DIZ QUE JUROS JÁ PODERIAM ESTAR EM QUEDA, MAS MERCADO VÊ CORTES SÓ A PARTIR DO 3º TRIMESTRE.....	39
O QUE NÃO FALTA NO BRASIL É GENTE PEGANDO CARONA NO ESTADO.....	41
PETROBRAS AVANÇA EM DIESEL RENOVÁVEL E VAI ESTENDER PRODUÇÃO PARA MAIS QUATRO REFINARIAS	42
OFERTA DE EMPRESAS PELA BRASKEM SUPERA R\$ 36 BILHÕES E PRECISA DE AVAL DO GOVERNO	43
REFORMA TRIBUTÁRIA: PROPOSTA DEVE TER 3 ALÍQUOTAS DIFERENTES, DIZ COORDENADOR DE GRUPO DE TRABALHO	43
GALEÃO: PLEITO DA CHANGI DE REDUZIR À METADE OUTORGA É LEGALMENTE IMPOSSÍVEL, DIZ MÁRCIO FRANÇA.....	45
ENERGIA SOLAR CRESCE COMO ALTERNATIVA À ELÉTRICA EM EMPRESAS	47
VALOR ECONÔMICO (SP)	50
AÇÚCAR PUXA PRIMEIRA ALTA DOS PREÇOS GLOBAIS DE ALIMENTOS EM UM ANO.....	50
AGU ENTRA NO STF CONTRA TRECHOS DA PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS E NEGA INTENÇÃO DE REESTATIZAR	51
CONTRARIANDO MINISTRO, ANAC ACEITA PRECATÓRIO EM PAGAMENTO DE CONCESSÃO	52
RUMO: FRETE PASSA POR MOMENTO DE VALORIZAÇÃO, MAS PRECIFICAÇÃO FUTURA AINDA É POUCO PREVISÍVEL	53
SEM ARMAZÉM, PRODUTOR DE GRÃOS 'PERDE' R\$ 30 BI.....	54
AGÊNCIA BRASIL - DF	55
TRANSPETRO PREPARA ESTUDO PARA VOLTAR A CONSTRUIR NAVIOS NO BRASIL	55
PORTAL PORTOS E NAVIOS	56
TECNOLOGIAS VERDES TERÃO PRIORIDADE NAS NOVAS CONTRATAÇÕES PARA FROTA NACIONAL DE PETROLEIROS	56
TRANSPETRO ESTUDARÁ NOS PRÓXIMOS 60 DIAS DEMANDA PARA CONSTRUÇÃO DE NAVIOS	57
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	58
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	58



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PRIVATIZAR PORTO DE SANTOS ESTÁ FORA DE COGITAÇÃO E FOI UM 'DEVANEIO', DIZ MINISTRO

Marcio França afirmou que pretende lançar a concorrência para a construção do túnel Santos-Guarujá até o início de 2024

Por: ATribuna.com.br



França deu as declarações em visita ao Porto do Rio, no fim da manhã desta sexta-feira Foto: Vanessa Rodrigues/AT

O ministro dos Portos e Aeroportos, Marcio França, disse nesta sexta-feira, 5, que a privatização do Porto de Santos e de outras autoridades portuárias pelo País está fora de cogitação. Segundo França, as tentativas do governo anterior nesse sentido foram um "devaneio".

Ele afirmou, ainda, que pretende lançar a concorrência para a construção do túnel Santos-Guarujá entre o fim desse ano e início de 2024, obra que será financiada com recursos do próprio Porto de Santos.

França deu as declarações em visita ao Porto do Rio, no fim da manhã desta sexta-feira.

O ministro argumentou que portos são ativos estratégicos para a economia nacional, que não podem ser concedidos a empresas estrangeiras, muitas delas estatais, que poderiam interferir na dinâmica de exportações do Brasil, concorrentes às de seus países.

"Isso privatizar o Porto de Santos está fora de cogitação. Foi um certo devaneio", disse França.

O ministro citou o exemplo da concessão portuária que aconteceu no Espírito Santo, onde as tarifas teriam sido aumentadas em 1 580%, gerando uma enxurrada de reclamação dos usuários, lista que inclui a mineradora Vale.

Túnel Santos-Guarujá Sobre Santos, especificamente, França falou em adaptar o plano de condicionar uma eventual concessão à construção do túnel Santos-Guarujá. O governo pretende abrir a concorrência para a construção do túnel entre o fim desse ano e o começo de 2024 e, após ter a estrutura construída, conceder sua operação.

"Vamos colocar publicada a concorrência do túnel esse ano ou no começo do ano que vem, sem precisar vender o Porto e com recursos do Porto. Era inocente a ideia de vender os portos", declarou. "A obra será pública e, depois de pronto, será concedido para alguém administrar", explicou.

Integrar portos e cidades

Segundo França, um dos objetivos de sua visita às instalações do Porto do Rio é verificar as possibilidades para aumentar a integração desse porto com a cidade e seus habitantes, o que ele considera mais fácil em função da proximidade com o centro da cidade.

"Vamos buscar essa integração da cidade com o Porto. Vamos levar o modelo para todo o Brasil: Santos, Salvador, Natal, Belém. Queremos que as pessoas, as donas da cidade, possam olhar os navios, as docas, tenham uma experiência gastronômica", afirmou.

Segundo França, 850 mil pessoas devem passar pelos portos do País esse ano, um número que é metade do que já foi alcançado anos atrás. "Essa volta é lenta, não é rápida", comentou.

França destacou o fato de o Rio ter uma das primeiras reformas de Porto relevantes do País. "Aqui há galpões bem arrumados, e queremos que tenham outras ocupações, como as artísticas e gastronômicas", disse.

O ministro também citou a possibilidade de se fomentar um mercado de navios com passeios internos a cidade e mais constantes, em que as pessoas possam fazer passeios de até seis horas a um tíquete médio acessível, bem abaixo dos cruzeiros tradicionais.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 05/05/2023

POLÍCIA FEDERAL CUMPRE MANDADO DE BUSCA EM SÃO VICENTE CONTRA O TRÁFICO PELO PORTO DE SANTOS

Operação ocorre após quase 700 kg de cocaína serem encontrados em container

Por: A Tribuna.com.br



Ação da PF faz parte do combate ao tráfico internacional de drogas Foto: Divulgação/Polícia Federal

A Polícia Federal (PF) cumpriu um mandado de busca e apreensão em São Vicente, na manhã desta sexta-feira (5), para prosseguir com uma investigação sobre tráfico internacional de drogas através do Porto de Santos.

As investigações começaram após a corporação encontrar 683 kg de cocaína em uma carga de tripas bovinas. A droga estava dentro de um container e tinha como destino a França.

A corporação não informou o endereço, nem o que foi apreendido na ação. O crime de tráfico internacional de drogas está previsto na Lei 11.343, de agosto de 2006. A pena prevista é de cinco a 15 anos de prisão, além de pagamento de multa

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 05/05/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

REINO UNIDO ANUNCIA INVESTIMENTO DE R\$ 500 MILHÕES NO FUNDO AMAZÔNIA

Por Jairo Lima

O primeiro-ministro do Reino Unido, Rishi Sunak, anunciou que o país investirá no Fundo Amazônia. O valor será de 80 milhões de libras, cerca de R\$ 500 milhões. O premiê afirmou que a entrada do Reino Unido no fundo é um reconhecimento ao trabalho e à liderança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no tema da preservação ambiental.



Sunak e Lula reuniram-se, nesta sexta-feira (5), em Londres. O presidente está na capital britânica para acompanhar a cerimônia de coroação do rei Charles III, amanhã (6), na Abadia de Westminster.

De acordo com a Presidência da República, o Brasil é o quarto país que mais recebe recursos do International Climate Finance (ICF), principal programa britânico para financiamento de projetos na área ambiental, com recursos de 260 milhões de libras, cerca de R\$ 1,4 bilhão.

Em publicação nas redes sociais, o presidente escreveu que foi “uma boa conversa” sobre as relações comerciais entre dois países, a proteção do meio ambiente e a paz no mundo. No início do encontro, em conversa aberta aos jornalistas, Lula reafirmou os compromissos do Brasil com a questão climática e o combate ao desmatamento e disse que todos precisam cumprir os acordos internacionais firmados no âmbito das Nações Unidas.

“Os países mais pobres precisam efetivamente receber ajuda para manter a floresta em pé e o clima que a sociedade precisa”, disse sobre o financiamento prometido por países ricos nas negociações internacionais.

Lula agradeceu ao premiê britânico pelo aporte ao Fundo Amazônia e afirmou que este é o momento de “tentar restabelecer uma normalidade” nas relações entre o Brasil e o Reino Unido. Para o presidente, há “possibilidades enormes” de aumento das trocas comerciais entre os dois países.

No ano passado, o comércio bilateral movimentou US\$ 6,5 bilhões, alta de 15% em comparação com 2021. As exportações brasileiras para os britânicos somaram US\$ 3,7 bilhões, porém representam menos de 2% do total das vendas externas do país. As importações foram US\$ 2,8 bilhões. O saldo é favorável ao Brasil. As áreas com mais investimento do Reino Unido são extração, financeira e transporte.

Ainda hoje, Lula participa de uma recepção no Palácio de Buckingham. O evento é oferecido pelo rei e reunirá dezenas de chefes de Estado convidados para coroação.

Fundo

O Fundo Amazônia investe em ações de combate ao desmatamento e de promoção da sustentabilidade na região. Criado em 2008, o Fundo Amazônia é gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pode ser visto como uma espécie de crédito que outros países dão ao Brasil pelos bons resultados de suas políticas ambientais.

O governo brasileiro tem autonomia para decidir sobre a aplicação do dinheiro, mas depende das decisões de duas instâncias: Comitê Orientador do Fundo Amazônia (Cofa) e Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA).

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), os corpos de bombeiros militares (em seus programas de proteção florestal) e órgãos ambientais estaduais estão entre as instituições financiadas pelo fundo. Responsável pelo monitoramento ambiental por satélites, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) também é apoiado pelo fundo. Além disso, os governos dos estados podem ter projetos aprovados. Por exemplo, entre 2011 e 2017, o governo amazonense recebeu R\$ 17,5 milhões para reflorestamento no sul do estado, região sob intensa pressão de desmatamento.

No fim de abril, os Estados Unidos anunciaram aporte de US\$ 500 milhões para o Fundo Amazônia em cinco anos. O financiamento, voltado para a proteção ambiental, ainda deve ser negociado pelo presidente norte-americano, Joe Biden, com o Congresso do país.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 05/05/2023

MINISTRO ANUNCIA INVESTIMENTOS DE R\$ 56 BILHÕES EM TRANSMISSÃO DE ENERGIA

Por Jairo Lima



O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, anunciou nesta sexta-feira (5) que o país receberá até o próximo ano investimentos de R\$ 56 bilhões para a transmissão de energia elétrica. O comunicado foi feito durante o encontro sobre energias renováveis do Consórcio dos Governadores do Nordeste. Os investimentos na expansão das linhas de transmissão serão feitos a partir de novos contratos de concessão, com leilões realizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A ampliação das linhas de transmissão faz parte do Plano Nacional de Investimento em Transmissão de Energia e é uma pauta prioritária para os governadores do Nordeste. Os empreendimentos serão usados para escoar a geração de energia renovável, especialmente as de energia eólica e solar, dos estados da região.

“Os leilões, tão fundamentais e imprescindíveis para que isso aconteça, vão acontecer e trarão mais de R\$ 56 bilhões de investimentos para a transmissão de energia no Nordeste. Neste primeiro semestre, serão leiloados R\$ 16 bilhões, e mais R\$ 20 bilhões até o final de 2023, e outros R\$ 20 bilhões já estão programados para o ano que vem”, disse.

Marcado para 30 de junho, o primeiro leilão de transmissão oferecerá nove lotes nos estados da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe, envolvendo um total de 6.184 km de novas linhas de transmissão. O segundo certame está previsto para outubro e vai oferecer três lotes.

O ministro disse que o plano vai ajudar também na ampliação da geração renovável de energia no Nordeste, que deve contribuir para o desenvolvimento da região.

“Estamos focados integralmente nessa tarefa, trabalhamos para viabilizar a instalação desse potencial incrível de 30 gigawatts de geração renovável e isso deverá destravar mais de R\$ 120 bilhões de investimentos privados na área de geração renovável. É inegável a vocação dessa região para a transição energética e o protagonismo do Nordeste será garantido com ações concretas”, afirmou Silveira.

“Vamos transformar o Nordeste em um celeiro de energia limpa e renovável do Brasil. Isso vai destravar o potencial de industrialização da região com energia limpa e barata e todo esse avanço manterá o foco e atenção no desenvolvimento social, econômico e ambiental do Nordeste”, completou.

O ministro disse ainda que a ampliação das linhas de transmissão de energia vai contribuir para maior segurança energética e também para a modicidade tarifária.

“Os investimentos em transmissão vão possibilitar o ingresso de energia renovável no nosso sistema nacional e diminuir os custos para os nossos consumidores. Vamos avançar na pauta da transição energética, todos conhecemos as nossas potencialidades, vamos potencializar novas usinas renováveis, com tarifa justa, segurança energética, responsabilidade ambiental e geração de emprego decente e renda”, disse.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 05/05/2023

OMS DECLARA FIM DA EMERGÊNCIA EM SAÚDE POR COVID-19

Durante a última sessão deliberativa, iniciada ontem (4), membros do comitê destacaram a tendência decrescente de mortes por covid-19.

Da Redação ME

Após mais de três anos, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou nesta sexta-feira (5) que a covid-19 não configura mais emergência em saúde pública de importância internacional. De acordo com a entidade, o vírus se classifica agora como “problema de saúde estabelecido e contínuo”.

Desde março de 2020, o Comitê de Emergência do Regulamento Sanitário Internacional da OMS se reúne periodicamente para analisar o cenário global provocado pela doença.

Durante a última sessão deliberativa, iniciada ontem (4), membros do comitê destacaram a tendência decrescente de mortes por covid-19, o declínio nas hospitalizações e nas internações em unidades de terapia intensiva (UTI) causadas pelo vírus e os altos níveis de imunidade da população.

“Ontem, o comitê de emergência contra a covid-19 se reuniu pela 15ª vez e recomendou a mim que declarasse o fim da emergência em saúde pública de importância internacional. Aceitei a recomendação. Com grande esperança, declaro o fim da covid-19 como emergência sanitária global”, anunciou o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus.

Covid-19 não chegou ao fim

“Entretanto, isso não significa que a covid-19 chegou ao fim enquanto ameaça global de saúde. Na semana passada, a covid-19 clamava uma vida a cada três minutos – e essas são apenas as mortes das quais nós temos conhecimento”, completou o diretor-geral.

Dados da entidade indicam que 765,2 milhões de casos de covid-19 foram confirmados no planeta até o momento, além de quase 7 milhões de mortes registradas. Ainda de acordo com a OMS, 13,3 bilhões de doses de vacinas contra a doença foram administradas em todo o mundo.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 05/05/2023

MELHORIAS NA BR-392/RS GARANTEM TRÁFEGO MAIS SEGURO EM SANTA MARIA (RS)

Intervenções foram feitas em trecho de 16 quilômetros da rodovia federal que corta o estado



Para recuperar segmento, foram investidos R\$ 9 milhões - Foto: DNIT/Divulgação

Principal rota que liga as regiões central e noroeste do Rio Grande do Sul ao Porto do Rio Grande, a BR 392/RS está mais segura no trecho entre os quilômetros 329 e 345, no município de Santa Maria. Nos últimos quatro meses, o Governo Federal, por meio do Ministério dos Transportes, concluiu a manutenção de 16 quilômetros da pista que antes eram considerados críticos. O

investimento para as melhorias foi de R\$ 9 milhões.

A estimativa é que cerca de 7,2 mil veículos trafeguem diariamente pelo segmento recuperado, considerado uma das principais rotas de escoamento da safra de grãos, insumos e produtos agropecuários. Após as intervenções, passageiros e motoristas passam a contar com mais segurança viária ao se deslocar para o sul do estado. O eixo rodoviário caracteriza-se também por sua importância socioeconômica, servindo de corredor para o transporte de cargas que têm como destino a Argentina.

Os serviços executados pelas equipes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) incluem desobstrução do sistema de drenagem, manutenção de canaletas, reparos em pontos com fissuras em trechos descontínuos e aplicação de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) em 4,1 quilômetros, além de implantação de sinalização horizontal.

Interligação

A BR-392/RS é uma rodovia longitudinal, que corta o Rio Grande do Sul no sentido vertical, interligando o norte e noroeste com o Porto de Rio Grande. A estrada cruza cidades como Santa Maria, Formigueiro, São Sepé e Caçapava do Sul, na região central. A rodovia federal é importante no fomento ao turismo, facilitando o acesso à rota das Oliveiras, em Caçapava do Sul, que é a cidade considerada berço da olivicultura no Rio Grande do Sul.

Também utilizam a rodovia praticantes de esportes aquáticos e turistas que visitam as Minas do Camaquã, e pessoas que têm como destino o setor vitivinícola da Região da Campanha.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 05/05/2023

CONSTRUÇÃO DE NOVO TRECHO DA BR-030/BA IMPULSIONARÁ DESENVOLVIMENTO NO OESTE BAIANO

Ministro Renan Filho assinou a ordem de serviço referente às obras do lote 2 da rodovia federal, que já passa por obras de pavimentação. Também foram autorizadas intervenções na BR-135/BA/MG e na BR-122/BA



Investimento total nos dois lotes da BR-030/BA é de cerca de R\$ 194 milhões - Foto: Márcio Ferreira/MT

Os municípios de Cocos e Carinhanha, no Oeste da Bahia, ficarão mais integrados com o início das obras do lote 2 da BR-030/BA, importante eixo de conexão do Nordeste com o Centro-Oeste do país. A ordem de serviço que dará inícios aos trabalhos foi assinada nesta sexta-feira (5), pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, em solenidade na cidade de Cocos.

Dividido em dois lotes, o trecho de 90,2 quilômetros de extensão da rodovia federal já passa por obras de construção e pavimentação no segmento que liga Cocos à Feira da Mata. Essas intervenções foram vistoriadas pela comitiva do Governo Federal antes da solenidade de assinatura. O investimento total nos dois lotes é de cerca de R\$ 194 milhões.

“Essa é uma obra grande, de qualidade, que vai aproximar o oeste baiano do litoral, dos portos, do progresso e do desenvolvimento, melhorando a qualidade de vida da população dessa região”, destacou o ministro dos Transportes.

Também participaram do evento o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa; o governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues; o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro; o diretor-geral substituto do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Fabrício Galvão; parlamentares federais e estaduais e prefeitos da região

Produção agrícola

Caracterizada pela forte produção agrícola de grãos e cereais e pela produção de gado de corte e leite, a estruturação da malha rodoviária nessa região facilitará o acesso e escoamento dos insumos, fortalecendo a economia local.

A BR-030/BA faz a ligação entre os produtores e a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), para o Porto de Ilhéus. A rodovia federal pavimentada também será fundamental para melhorar a trafegabilidade e ajudar a atrair investimentos para as cidades que compõe a área de influência.

Integração

Além da construção do novo trecho da BR-030/BA, foi autorizado pelo Governo Federal o início das obras de recapeamento de 26,5 quilômetros da BR-122/BA, que liga os municípios de Caitité e Maniaçu, com R\$ 42 milhões previstos em investimentos.

Houve a assinatura, ainda, da ordem de reinício das obras do lote 5 da BR-135, na divisa entre Bahia e Minas Gerais, em um trecho de 23 quilômetros de extensão e que terá recursos na ordem de R\$ 95 milhões. A BR-135/BA interliga a região produtora de grãos do oeste baiano à Fiol e aos portos de Aratu (BA), e Itaquí (MA).

O trecho da BR-135 na divisa entre Bahia e Piauí tem 207 quilômetros e já está pavimentado e com contrato de manutenção vigente. Os investimentos federais em construção abrangem cinco lotes entre São Desidério e a divisa Bahia-Minas Gerais, totalizando 263 quilômetros.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 05/05/2023

NA ESTRADA #005: MAIO AMARELO

Quinto episódio do podcast do Ministério dos Transportes destaca importância do movimento para redução de acidentes e mortes no trânsito



Lançamento da edição 2023 da campanha: Sistema Nacional de Trânsito, governos e sociedade civil unidos em defesa de vias mais seguras - Foto: Márcio/Esp MT

O novo episódio do Na Estrada – podcast do Ministério dos Transportes – já está no ar e traz como pauta a relevância da décima edição do movimento Maio Amarelo para estimular a segurança no trânsito. Além do ministro Renan Filho, participam desta edição o secretário nacional de Trânsito, Adrualdo Catão; a secretária nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse; a diretora do Departamento de Segurança no

Trânsito, da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), Maria Alice Nascimento; e o diretor-geral-substituto do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Fabrício Galvão.

Durante o episódio, os entrevistados ressaltaram a necessidade de ações efetivas para conscientizar a população sobre o respeito às leis de trânsito e a adoção de comportamentos seguros nas vias.

O Na Estrada #005 já está disponível no Spotify e no SoundCloud. Confira abaixo os principais temas tratados no episódio:

- * Retomada de obras para intensificar a segurança
- * Importância do Maio Amarelo
- * Objetivo da mensagem "No trânsito, escolha a vida"
- * Qual papel da Senatran no movimento
- * Alinhamento com o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans)
- * Participação da Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário
- * Investimentos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Trânsito (Dnit)

Acesse os episódios anteriores

https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/@_@search?SearchableText=Na%20Estrada

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 05/05/2023

NOVO PAVIMENTO DA BR-116/PB TRAZ MAIS SEGURANÇA PARA ZONA RURAL DE CACHOEIRA DOS ÍNDIOS

Melhorias entre os kms 0 e 13,4 vão impulsionar a agropecuária e o turismo no interior da Paraíba



Obras foram executadas por equipes do DNIT e beneficiam mais de 10 mil moradores da região - Foto: DNIT/Divulgação

Mais segurança para motoristas que trafegam pela BR-116/PB e a comunidade rural de Cachoeira dos Índios, na divisa da Paraíba com o Ceará. Segmento de 13,4 quilômetros da rodovia federal foi renovado, com novos pavimento e sinalização.

As melhorias realizadas pelo Governo Federal, por meio do Ministério dos Transportes, beneficiam uma região produtora onde vivem cerca de 10 mil pessoas. Pelo trecho, circulam em média mil veículos diariamente.

As obras contaram com investimento de R\$ 7,2 milhões, o que possibilitou serviços de frenagem em todo o pavimento, depois recomposto com Concreto Asfáltico Usinado à Quente (CAUQ). O trecho também recebeu nova sinalização. Os trabalhos foram executados por equipes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Ao longo deste ano, o Ministério dos Transportes aplicará R\$ 429,1 milhões em obras de construção e manutenção viária na Paraíba.

Importância

A BR-116 é considerada a maior rodovia do país. Ela liga o Nordeste ao Centro-Sul do Brasil e é rota de veículos de cargas que abastecem os mercados consumidores nacionais. Na região de Cachoeira dos Índios, microrregião de Cajazeiras, a estrada garante o escoamento da produção agropecuária e facilita o acesso a belezas naturais, como o Rio do Peixe.

Com informações da Coordenação-Geral de Comunicação do DNIT

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 05/05/2023

GOVERNO FEDERAL TRANSFERE CONCESSÃO DA BR-163/MT PARA O MATO GROSSO

Solução intermediada pelo Ministério dos Transportes permite que Executivo estadual assumo o controle societário da Rota do Oeste



Presidente Lula assinou a transferência em cerimônia com Renan Filho e Mauro Mendes - Foto: Vosmar Rosa/MT

Cerimônia realizada nesta quinta-feira (4) no Palácio do Itamaraty marcou a transferência do controle societário da concessionária Rota do Oeste, responsável pela BR-163/MT, para a MTPar, empresa de economia mista do governo do Mato Grosso. Com a assinatura do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do ministro dos Transportes, Renan Filho, e do governador Mauro Mendes, a rodovia

federal passa a ser administrada pelo Executivo local.



Antiga administradora da rodovia, a Rota do Oeste entrou em 2021 com pedido de devolução amigável do sistema rodoviário de 850,9 quilômetros, formado pela BR-163/MT e MT-407/MT-220. O contrato de 30 anos de concessão, que foi assinado em 2014, previa duplicação de 453,6 quilômetros de pistas simples nos trechos: divisa MT/MS até Rondonópolis; de Posto Gil a Sinop, além da Rodovia dos Imigrantes – antiga MT-407.

A partir da transferência, o Governo Federal, por meio do Ministério dos Transportes, evita o processo de relicitação e permite que sejam retomados os investimentos de forma imediata. Segundo o governo estadual, serão investidos R\$ 1,6 bilhão nos próximos dois anos. Pela rodovia, passam cerca de 14 milhões de toneladas de produtos, via responsável pelo escoamento de boa parte do agronegócio da região.

Inovação

“Essa foi uma solução inovadora”, resumiu o ministro Renan Filho, em entrevista após a cerimônia de assinatura. Apesar de quase 10 anos de concessão, a parte da rodovia administrada pela Rota do Oeste estava há cinco anos sem investimentos privados. “A licitação realizada lá atrás não teve êxito em levar adiante todas as obras que o estado do Mato Grosso e o Brasil Central precisam”, completou.

A BR-163 inicia na cidade de Tenente Portela, no Rio Grande do Sul, e chega até Santarém, no Pará. Sua extensão total é de 3.579 quilômetros. Além da antiga Rota do Oeste, que agora será administrada pela MTPar, também foi concedido o trecho de mais de 1 mil quilômetros entre Sinop (MT) e Miritituba (PA), permitindo o escoamento da safra pelos portos do Arco Norte do Brasil.

“Nós vamos certamente ajudar muito no desenvolvimento do estado na elevação da competitividade para a região e na melhoria para todos que produzem por lá, porque todo mundo vai ser beneficiado: o cidadão de maneira geral, o comércio, mas sobretudo o agronegócio brasileiro que é o maior beneficiário do avanço da infraestrutura”, afirmou o ministro dos Transportes.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 05/05/2023



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – EM DEFESA DA AVIAÇÃO CIVIL

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A criação da Frente Parlamentar em Defesa da Aviação Civil (FPAviação) é uma iniciativa muito importante para impulsionar o desenvolvimento da aviação no Brasil. Como destacou o deputado Felipe Carreras, presidente da FPAviação, a indústria da aviação é estratégica para o desenvolvimento social e econômico do País, e é fundamental que o Parlamento entenda os desafios e custos envolvidos nessa atividade.

Um dos principais desafios enfrentados pelo setor é o preço do querosene de aviação, que impacta fortemente no custo das companhias aéreas e, conseqüentemente, no preço das passagens para os consumidores. Além disso, a aprovação da Reforma Tributária também será uma importante discussão da frente, já que o setor da aviação é muito afetado pela carga tributária no País.

Outro ponto destacado pelo presidente da FPAviação é a importância de oferecer passagens mais acessíveis para os brasileiros, o que pode ser alcançado por meio do programa “Voa Brasil”. A meta de dobrar a quantidade de pessoas viajando é ambiciosa, mas certamente trará impactos positivos para o setor do turismo e para a indústria da aviação como um todo.

A aproximação do setor de aviação civil com o Congresso Nacional também é muito importante, como destacou a presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), Jurema



Monteiro. O setor é muito técnico e complexo, e é fundamental que os parlamentares possam compreender melhor as questões envolvidas para tomar decisões mais adequadas e efetivas.

A aviação é um setor estratégico para o desenvolvimento do País e a criação da FPAviação é uma importante iniciativa para impulsionar a indústria da aviação no Brasil. É fundamental que o governo e o parlamento trabalhem em conjunto com o setor para criar políticas e medidas que possam ajudar a reduzir os custos, tornar as passagens mais acessíveis e aumentar o número de pessoas viajando. Isso certamente trará impactos positivos para a economia do país e para a qualidade de vida dos brasileiros.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 05/05/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

BR-163 1

O trecho da BR-163 que passa por Mato Grosso, agora, é administrado pelo Governo do Estado. A transferência da concessão dessa parte da rodovia federal foi oficializada nessa quinta-feira, dia 4, em cerimônia no Palácio do Itamaraty, em Brasília, com a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do ministro dos Transportes, Renan Filho, e do governador do Mato Grosso, Mauro Mendes. O termo assinado repassou o controle societário da concessionária Rota do Oeste, responsável por essa parcela da estrada, para a MTPar, empresa de economia mista do estado.

BR-163 2

A Rota do Oeste apresentou o pedido de devolução amigável da malha rodoviária formada pela BR-163/MT e pelas estaduais MT-407 e MT-220, num total de 850,9 quilômetros, há dois anos. A concessão foi vencida pela empresa em 2014 e previa a duplicação de 453,6 quilômetros de pistas simples em vários trechos dessas rodovias.

BR-163 3

Ao optar por não aceitar a devolução, mas transferir o controle acionário da concessionária para uma empresa do Estado do Mato Grosso, o Governo Federal quer evitar uma relicitação e, assim, facilitar a realização de investimentos de forma rápida. De acordo com o governador Mauro Mendes, será investido um total de R\$ 1,6 bilhão nessas rodovias nos próximos dois anos. Por essa malha, passam 14 milhões de toneladas de cargas, principalmente produtos agrícolas voltados à exportação.

PORTOSRIO

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, estará nesta sexta-feira no Rio de Janeiro. Estão programadas reuniões com a nova diretoria da PortosRio (o novo nome da Autoridade Portuária do Rio de Janeiro) e uma visita ao Terminal Internacional de Cruzeiros do Píer Mauá.

PORTO DE SANTOS 1

A Autoridade Portuária de Santos (APS) vai revogar a portaria que permite a substituição da Guarda Portuária por empresas de segurança privada. Também prepara ações para manter o cais público no complexo marítimo santista e, ainda, resolver a falta de estacionamento para caminhões. As medidas foram anunciadas pelo presidente da APS, Anderson Pomini, e pelos demais diretores da empresa no início da noite de ontem, em reunião com dirigentes de sindicatos portuários em Santos.

PORTO DE SANTOS 2

Pomini também afirmou que o Governo Federal irá revogar a resolução que autoriza a privatização da Autoridade Portuária.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 05/05/2023

NACIONAL - AVIAÇÃO GANHA FRENTE PARLAMENTAR NO CONGRESSO NACIONAL

Presidente do colegiado destaca que a indústria de aviação é estratégica para o desenvolvimento social e econômico do país

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br



Felipe Carreras ressaltou o alinhamento com o discurso do Ministério de Portos e Aeroportos pelo programa “Voa Brasil”, que busca oferecer passagens a R\$ 200 Crédito: Divulgação/Câmara dos Deputados

O Congresso Nacional lançou ontem (4) a Frente Parlamentar em Defesa da Aviação Civil (FPAviação). O deputado Felipe Carreras (PSB-PE) é o presidente do colegiado, e destacou que a indústria de aviação é estratégica para o desenvolvimento social e econômico do país. O preço do querosene de aviação e a aprovação da Reforma Tributária estarão entre as principais discussões da

frente.

“Tivemos a questão do combustível e isso impacta fortemente no custo do setor. Do câmbio, afinal de contas todas as companhias têm leasing e pagam todas as suas aeronaves através do dólar que flutuou e cresceu muito. Precisamos que o parlamento entenda o custo para empreender essa atividade tão importante no nosso país e essa Frente vai simbolizar uma conexão com o parlamento brasileiro para entender os desafios que estão postos”, disse Carreras.

O presidente da FPAviação ressaltou o alinhamento com o discurso do ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, pelo programa “Voa Brasil”, que vai oferecer passagens a R\$ 200. O tema também será prioridade entre os integrantes do colegiado.

“O Brasil precisa fazer com que mais brasileiros viajem. É um desafio do Governo fazer com que mais CPFs possam voar. A meta é fazer com que a gente consiga dobrar a quantidade de pessoas viajando, isso vai impactar o setor do turismo e vai impactar a indústria da aviação”, destacou.

A presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), Jurema Monteiro, destacou a importância da aproximação do setor de aviação civil com o Congresso Nacional. “É um setor muito técnico, com muita informação que precisa ser traduzido para que o parlamentar possa compreender e a partir daí tomar suas decisões”, disse.

MP 1147

O deputado Felipe Carreras destacou a aprovação da Medida Provisória que isenta as empresas aéreas do pagamento do PIS e da Cofins no período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2026 antes da criação da Frente. A MP 1147/2022 é destinada ao setor para compensar os efeitos da pandemia de Covid-19.



O preço do querosene de aviação e a aprovação da Reforma Tributária estarão entre as principais discussões da frente

O texto ainda precisa da avaliação dos senadores, mas a expectativa do presidente da FPAviação é positiva. Integrantes da Frente já iniciaram o diálogo com a relatora da Medida no Senado que será a senadora Daniela Ribeiro (PSD-PB). Os parlamentares pretendem incluir alguns pleitos do setor como a extensão da isenção dos impostos para táxis aéreos.

A presidente da Abear, Jurema Monteiro, ressaltou que o

setor conta com a aprovação da Medida Provisória para manter o objetivo de redução de custos e assim beneficiar os usuários. “A gente [Abear] acompanho muito de perto a votação da MP 1147 na Câmara e nós celebramos isso, agora a gente tá acompanhando no Senado a aprovação do artigo segundo que pra gente é importante, é uma revisão de tributos do setor que já está prevista no orçamento e ajuda nesse ambiente de custos”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/05/2023

NACIONAL - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES VAI DISCUTIR A CONSTRUÇÃO DA ROTA BIOCEÂNICA

Corredor logístico de 2.400 km vai ligar Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, a Antofagasta, no Chile

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br



Estima-se que a Rota Bioceânica deverá diminuir em até duas semanas o tempo de viagem das exportações do Centro-Oeste do Brasil até a China e o Japão Crédito: Saul Schramm/Rota Bioceânica

EM RECENTE VISITA À ARGENTINA, O MINISTRO DOS TRANSPORTES, RENAN FILHO, DISSE QUE A CONSTRUÇÃO DAS ROTAS BIOCEÂNICAS SÃO ESSENCIAIS PARA A ATIVIDADE ECONÔMICA DO BRASIL E DOS PAÍSES VIZINHOS

O deputado federal Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP) propôs a realização de uma audiência pública para discutir o corredor bioceânico na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. O projeto é um dos mais ambiciosos do setor de infraestrutura no Brasil.

Para a audiência foram convidados representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada. A audiência ainda não tem data marcada. O parlamentar destacou a dimensão da obra.

“Serão 2.400 km entre Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, e Antofagasta, no Chile. Estima-se que a rota deverá diminuir em até duas semanas o tempo de viagem das exportações do Centro-Oeste do Brasil até a China e o Japão”, explicou.

Em viagem a Buenos Aires, na Argentina, no início deste mês, o ministro dos Transportes, Renan Filho, propôs o corredor bioceânico. Para o ministro, a construção das rotas bioceânicas são essenciais para a atividade econômica do Brasil e dos países vizinhos.

“É fundamental que o Brasil consiga, por exemplo, construir rotas bioceânicas e acessar o Chile para facilitar as exportações para a Ásia. É fundamental para o Chile, também, uma rota bioceânica para exportar para a Europa, Estados Unidos. Se isso for possível, nós teremos um avanço na América Latina”, ressaltou o ministro.

Entre as metas traçadas para a construção do corredor bioceânico estão a contribuição para o desenvolvimento das oportunidades econômicas e sociais promovidas pela conexão interoceânica, e a melhoria substancial da infraestrutura física, a facilitação do trânsito transfronteiriço e a agilização dos procedimentos aduaneiros.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/05/2023

NACIONAL – SANTOS EXPORT 15 E 16 DE MAIO – BLUS MED CONVENTION CENTER – SANTOS – SP

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



SANTOS EXPORT

15 e 16 de maio

Blue Med Convention Center
Santos - SP

Em destaque:

- Coquetel em comemoração aos 30 anos do SOPESP (Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo)



SOPESP

Evento exclusivo para conselheiros, patrocinadores e autoridades convidadas.

Saiba mais em:
forumbrasilexport.com.br

SANTOS EXPORT
FÓRUM REGIONAL DE LOGÍSTICA, INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 05/05/2023

REGIÃO SUL - PORTO DE IMBITUBA RECEBE LICENÇA AMBIENTAL PARA OBRAS DO CAIS 3

Com investimentos de R\$ 92 milhões, custeados pela Autoridade Portuária, previsão de conclusão da obra é para 2025

Por Cássio Lyra redacao@portalbenews.com.br



Após a obra, o planejamento da Autoridade Portuária é de realizar a dragagem de aprofundamento do local, equiparando a capacidade do Berço 3 à dos Cais 1 e 2 Crédito: Divulgação/SCPAR Porto de Imbituba

O Governo do Estado de Santa Catarina entregou a Licença Ambiental de Instalação (LAI) para o Porto de Imbituba realizar a obra de recuperação, reforço e ampliação do Cais

3. Segundo a Autoridade Portuária, o aporte previsto para a obra é de mais de R\$ 92 milhões, que serão totalmente custeados pela Autoridade Portuária. A previsão de entrega do Cais 3 é para 2025.

Conforme divulgado pela SCPAR Porto de Imbituba, o reforço estrutural do Cais 3 alargará o berço e permitirá maior automatização, o que vai permitir a instalação de novos equipamentos de movimentação de cargas, como shiploader.

O Cais 3 receberá, também, dois dolphins, um de atracação e um de amarração, para viabilizar o recebimento de navios maiores, passando do limite atual de 205 metros (LOA) para embarcações com até 300 metros.

Após a obra, o planejamento da Autoridade Portuária é de realizar a dragagem de aprofundamento do local, equiparando a capacidade do Berço 3 à dos Cais 1 e 2, que possuem profundidade de 15 metros.

A solenidade de entrega da Licença Ambiental ocorreu na quarta-feira (3), em solenidade que contou com a presença do governador Jorginho Mello (PR), a presidente do Instituto do Meio Ambiente (IMA) do Estado, Sheila Meirelles, além da diretoria da Autoridade Portuária e representantes da classe política e da comunidade portuária da região.

“Santa Catarina é o único estado do Brasil que tem cinco portos. Isso é uma pérola que nós temos que cuidar. O IMA está fazendo a sua parte, fazendo andar todos os pedidos represados, seja sim ou não, estão dando resposta. Criamos secretarias para setores estratégicos justamente por isso. Portos, aeroportos, ferrovias. Temos que inovar em tudo”, afirmou o governador Jorginho Mello.

Segundo informou a Autoridade Portuária, o Porto de Imbituba fechou abril desse ano com a maior movimentação mensal já realizada no complexo portuário, em torno de 770 mil toneladas. De acordo com a SCPAR, trata-se de números prévios da Autoridade Portuária, que tem os dados finais em fase de fechamento que, posteriormente, serão divulgados.

“É um dia de muita satisfação e realização para o Porto de Imbituba porque, coincidentemente, no momento em que batemos em abril o novo recorde de movimentação mensal, temos a autorização para iniciar essa obra fundamental para o Porto alcançar um novo patamar operacional e atender o incremento esperado na operação de cargas nos próximos anos, com maior capacidade e eficiência”, salientou Luís Antonio Braga Martins, Diretor-Presidente da SCPAR Porto de Imbituba.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/05/2023

REGIÃO SUL - ANTT REAJUSTA TARIFAS EM TRECHO CONCEDIDO DA BR-101, EM SANTA CATARINA

Novos valores entram em vigor a partir de hoje em quatro praças de pedágio

Por **CÁSSIO LYRA** redacao@portalbenews.com.br



O reajuste no trecho concedido da BR-101/SC foi feito nas praças de pedágio P1 (Laguna), P2 (Tubarão), P3 (Araranguá) e P4 (São João do Sul) Crédito: Divulgação/Via Costeira

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aprovou o reajuste da tarifa do pedágio no trecho concedido da BR-101/SC, explorado pela Concessionária Catarinense de Rodovias SA – Via Costeira. Os novos valores entram em vigor a partir de hoje (5).

O reajuste indicou o percentual positivo de 4,65%, correspondente à variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A revisão contemplou, ainda, itens como inexecuções contratuais e reequilíbrio tarifário. A 2ª Revisão Ordinária e Reajuste alteram a tarifa arredondada em 4,17% em relação à tarifa vigente.

A publicação altera, após o arredondamento, a Tarifa Básica de Pedágio, para categoria de veículo 1, de R\$ 2,40 para R\$ 2,50, nas praças de pedágio P1 (Laguna), P2 (Tubarão), P3 (Araranguá) e P4 (São João do Sul).

A ANTT informou que a deliberação (nº 127) para o reajuste da Tarifa Básica de Pedágio foi publicada no Diário Oficial da União da última quarta-feira (3).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/05/2023

ESPAÇO ABTRA - PÍLULAS DE AFC – TRANSPARÊNCIA NA DOSE CERTA

Por MILENA CASTRO redacao@portalbenews.com.br

Se você quiser conferir o texto do Acordo de Facilitação do Comércio (AFC), vai notar a preocupação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em recomendar medidas para proteger os agentes privados que atuam na cadeia do comércio exterior e, ainda, para evitar abuso de poder das autoridades aduaneiras. Isso já tinha ficado claro na “dose” anterior dessas nossas “pílulas”, publicada aqui no BE News, na sexta-feira passada (28/4), quando dissemos que o Artigo 4 do AFC é uma espécie de “código de defesa do consumidor no comércio exterior”.

O Artigo 5 segue na mesma direção. Orienta os países sobre situações nas quais precisam, por algum motivo, reforçar na fronteira o controle e a inspeção de alimentos, bebidas, rações para animais, para proteger a vida humana, animal ou vegetal em seu território. Nesses casos, sugere a emissão de uma notificação ou orientação baseadas no “risco” avaliado e restritas aos pontos de entrada onde está o problema. Além disso, se o problema ou a origem dele deixarem de existir, a notificação ou orientação devem ser imediatamente revogadas e amplamente divulgadas, inclusive aos outros países-membros da OMC.

O AFC recomenda também que as autoridades competentes comuniquem sem mais demora os importadores ou exportadores sempre que uma mercadoria for retida para inspeção. Quem ganha com isso é o comércio global!

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/05/2023

REGIÃO SUDESTE - PROGRAMA DE INOVAÇÃO METEOROLÓGICA AUMENTA EFICIÊNCIA OPERACIONAL DO TIPLAM

Radar meteorológico de alta precisão monitora chuvas em tempo real, permitindo a continuidade das operações

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



O Tiplam é o responsável pelo desfecho da cadeia logística criada pela VLI no Corredor Centro-Sudeste da Ferrovia Centro-Atlântica Crédito: Divulgação/VLI

Um programa de inovação tecnológica voltado à meteorologia portuária, implantado em 2020 no Terminal Integrador Portuário Luiz Antonio Mesquita (Tiplam), no Porto de Santos (SP), tem trazido resultados positivos à VLI, companhia que opera o ativo.

Isso porque a ferramenta, que opera com base em uma plataforma tecnológica pioneira para nowcasting (previsão



do tempo de curtíssimo prazo), permite que a empresa faça um planejamento minucioso de paradas operacionais, que só acontecem quando realmente vai chover, seguindo informações mais factíveis.

E quando as paradas são necessárias, o tempo é utilizado para a realização de manutenções preventivas nos equipamentos do terminal.

Luciano Gonçalves Pereira, gerente de Transformação Digital para Portos e Terminais da VLI, explica que, além de diminuir o tempo de parada dos navios no porto, a meteorologia portuária garante um carregamento rápido, seguro e reduz o risco de comprometimento da carga. “Antes desta inovação, tudo era feito a partir da percepção humana”, pontua.

Ele diz que, além de auxiliar a operação, a ferramenta agora está sendo utilizada pela equipe de Planejamento para traçar metas de volumes, tanto diários quanto mensais. “Assim, a tecnologia traz assertividade para as operações e torna a execução dos planejamentos mais factíveis”.

O resultado aparece em números: apesar de o ano passado ter sido mais chuvoso que o anterior, a VLI operou 726 horas ao longo de 2022, um ganho de 17 horas em relação a 2021, e de 9% de aumento no volume movimentado.

Isso porque a ferramenta permitiu que 1,1 milhão de toneladas fossem movimentadas em condições de “risco de eventos climáticos”, ou seja, sob risco de chuva, sem nenhum risco à carga operada.

A ferramenta

Com um radar meteorológico compacto Banda X instalado no Monte Serrat, em Santos, a sete quilômetros do Tiplam, a VLI monitora a chuva em tempo real e faz uma projeção de onde essa precipitação estará em curtos espaços de tempo. Ou seja, em 10, 20 ou 30 minutos.

A plataforma conta ainda com detecção e projeção de chuva com base em dados do radar meteorológico; imagens de satélite para auxiliar nas análises climáticas e visualização de descargas elétricas; modelo matemático específico para a microrregião da Baixada Santista que gera previsões climáticas diárias com mais precisão; previsão de temperaturas para as próximas 72 horas; previsão da direção e velocidade dos ventos; e informações de altura de ondas de swell, que atrapalha a entrada e saída de navios no canal.

Operação no Tiplam

Os terminais integradores de Guará (açúcar), em São Paulo, e Uberaba (grãos e açúcar), em Minas Gerais, recebem a safra de algumas das principais regiões produtoras do país, como Mato Grosso, Goiás, São Paulo e Minas Gerais, e encaminham a carga para o Tiplam, através da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA).

Uma das vantagens do terminal santista é a sua operação de exportação ser realizada 100% pela ferrovia, proporcionando mais agilidade tanto na entrada quanto na saída do terminal.

O Tiplam é o responsável pelo desfecho da cadeia logística criada pela VLI no Corredor Centro-Sudeste da Ferrovia Centro-Atlântica, uma rota relevante para o escoamento de grãos agrícolas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/05/2023

REGIÃO SUDESTE - RATINHO VISITA O PORTO DE SANTOS

Apresentador conheceu instalações e projetos do complexo

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br



O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, recebeu um convidado ilustre ontem (4) no Porto de Santos (SP). Trata-se do apresentador de TV Carlos Massa, o Ratinho. Um vídeo da visita foi publicado nas redes sociais da APS.

O apresentador conheceu algumas das instalações do complexo portuário santista, navegou pelo canal do porto dentro de um rebocador.

Ratinho conheceu algumas das instalações do complexo acompanhado do presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini Crédito: Divulgação/APS

No vídeo, o presidente da APS apresentou alguns dos projetos do Porto de Santos ao apresentador, em especial o túnel entre Santos e Guarujá.

“Querido amigo que veio visitar o Porto de Santos. Falamos aqui das principais missões que foram passadas pelo ministro Márcio França, dentre elas o túnel Santos-Guarujá, que é esperado há quase 100 anos. Esse túnel vai trazer riquezas, avanços e em especial, estrutura para o transporte e o escoamento de toda produção brasileira”, afirmou Pomini.

“Feliz em ver essa retomada desse porto histórico. O Brasil passa por aqui. Aqui entra Brasil e sai Brasil. Então, precisa ter obras históricas, obras importantes. E depois de quase 100 anos, vamos ter o famoso túnel, que todo paulista, todo brasileiro sonha”, declarou Ratinho.

Na postagem da Autoridade Portuária de Santos sobre o encontro, o assunto que envolve o projeto do túnel será abordado no programa do apresentador, que é diariamente veiculado pelo SBT.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/05/2023

REGIÃO SUDESTE - SANTOS: CESSÃO DE ARMAZÉNS À PREFEITURA É PONTAPÉ INICIAL DA RELAÇÃO PORTO-CIDADE

Marcelo Sammarco e Regis Prunzel debateram o projeto Parque Valongo durante o Programa ZR News

Por CÁSSIO LYRA redacao@portalbenews.com.br



Para Marcelo Sammarco, uma iniciativa como a cessão dos armazéns “tira do abstrato esta importante pauta e a leva pro lado concreto” Crédito: Reprodução/ZR News

A cessão de antigos armazéns da União para a Prefeitura de Santos (SP) dar início ao projeto Parque Valongo, em uma área do Centro Histórico, foi o principal assunto debatido ontem (4), durante o programa ZR News, veiculado na rádio Santa Cecília FM (107,7), que dedica todas as quintas-feiras

ao noticiário portuário. A assinatura de contrato, em solenidade que envolveu Governo Federal, Autoridade Portuária de Santos (APS) e poder municipal, foi considerado o pontapé inicial para uma melhor relação porto-cidade.

Para Marcelo Sammarco, advogado especializado em Direito Portuário, Marítimo e Aduaneiro e presidente do Sudeste Export, a cessão dos armazéns é uma ação concreta e tirada do papel, com um viés econômico importante para a região do Centro de Santos.

“A gente debate muito essa relação porto-cidade, sobre iniciativas, ideias, minimizar impactos e também o porto poder desenvolver a comunidade e emprestar um pouco da sua força econômica através disso e viabilizar projetos. Dependíamos muito de ações concretas e acredito que esse possa ser o pontapé inicial importantíssimo. Uma iniciativa como essa tira do abstrato essa importante pauta e a leva pro lado concreto. Foi uma solenidade muito simbólica”, destacou.

Regis Prunzel, presidente do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp), viu com muito bons olhos o projeto que, agora tirado do papel, trará um grande ganho econômico para a região central e histórica de Santos.

“É um primeiro passo. Efetivamente vamos acompanhar os próximos para que se transforme em uma atividade econômica, capture turistas, capture o pessoal de embarque e desembarque na época de cruzeiros. Tudo isso é um grande avanço para a Baixada (Santista). Nós apoiamos, incentivamos isso, acho que toda iniciativa que traz desenvolvimento, traz geração de emprego, geração de renda, é por nós incentivada e defendida”, salientou.

Santos Export

Durante o programa, os debatedores comentaram sobre expectativas geradas em torno do Santos Export, próximo fórum regional do Grupo Brasil Export, marcado para os dias 15 e 16 de maio, em Santos. Entre muitas pautas que serão discutidas no evento, a questão dos acessos à Baixada Santista e ao porto é uma das mais principais a serem apresentadas.

“Precisamos de melhorias de acessos. O que foi discutido lá atrás, quando ainda foi tratada a possível desestatização do Porto de Santos, a gente pode trazer isso para hoje. Isso certamente será discutido no Santos Export, como solucionar esses gargalos logísticos e de acessos ao Porto de Santos. Sejam as perimetrais das duas margens, mas também do acesso entre Planalto e Baixada Santista por vias terrestres”, comentou Sammarco.

Fazendo menção ao projeto do Parque Valongo, Prunzel defendeu que projetos para acessos saiam também do papel e valorizou o papel dos fóruns regionais do Brasil Export que expõem temas importantes do setor portuário.

“As discussões em torno dos nossos portos, assim como no Sudeste, são vitais para que a gente



continue organizando a nossa estrutura portuária e que a gente possa continuar crescendo. Precisamos cada vez mais discutir os temas que são críticos para a melhoria e continuidade da atividade portuária e o Fórum Santos Export, assim como os fóruns regionais do Brasil, são fundamentais para que a gente possa evoluir”, disse.

A solenidade de assinatura do contrato de cessão dos armazéns contou com a presença de representantes do Governo Federal, da APS e da Prefeitura de Santos

Todas as quintas-feiras o ZR News, com apresentação do jornalista Zerri Torquato, é voltado para os assuntos portuários, além de ter o quadro Santos Export. O programa pode ser acompanhado também pelo portalbenews.com.br.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/05/2023

REGIÃO NORDESTE - PORTO DO RECIFE CEDE ÁREA PARA PM DE PERNAMBUCO

Em seu último ato antes de transmitir o cargo de presidente do Porto do Recife, Tito Moraes assinou um termo de cessão de uso gratuito de uma área do complexo para a Polícia Militar de Pernambuco. A área doada fica próxima ao Terminal Marítimo de Passageiros e possui 979,32 m².

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



A cessão da área, próxima ao Terminal Marítimo de Passageiros, à PM marcou o último ato de Tito Moraes como presidente do Porto do Recife Crédito: Divulgação

O terreno será destinado à implantação do Batalhão de Policiamento Turístico (BPTur), visando ampliar a segurança da área portuária e dos turistas que chegam ao porto por cruzeiros marítimos. O batalhão também será responsável pela vigilância da Ilha do Recife Antigo (Centro Histórico).

A solenidade contou com a presença dos secretários estaduais Daniel Coelho e Carla Patrícia, responsáveis pelas pastas do Turismo e da Defesa Social, respectivamente; o Comandante da PMPE, Coronel Tibério; o comandante da Ciatur, Major Valdemiro; o Presidente da Empetur, Eduardo Loyo; e o secretário executivo de Desenvolvimento Econômico, Carlos Santana.

“É um legado para a cidade do Recife e para o desenvolvimento do Recife Antigo”, disse Moraes ao registrar a cessão.

Em sua fala, o agora ex-presidente do porto disse que foi “gratificante” poder encerrar o mandato com “este último ato”. “Foram 284 dias pautados em muito trabalho, juntamente com o empenho e colaboração dos servidores que compõem a empresa. Diversos avanços foram implementados. O porto hoje possui mais de 53% de mulheres ocupando seus cargos”.

Ele também destacou que a retomada da temporada de cruzeiros foi crucial para o segmento turístico do estado e que, em breve, o Museu do Porto do Recife será entregue.

Falou ainda sobre a receita do complexo portuário em 2022, 14% maior do que a de 2021, e a importância de ter conseguido implantar em sua gestão o reajuste tarifário do porto, que não era atualizado há 10 anos. A mudança incrementou R\$ 4,2 milhões ao caixa do equipamento.

Por fim, Tito citou as novas operações consolidadas pelo porto. Uma delas é a exportação do etanol produzido em Vitória de Santo Antão. Até então, o combustível era enviado por rodovia até o Espírito Santo para ser exportado de lá. A outra se refere a movimentação de arroz, carga que não era operada pelo Porto do Recife há 12 anos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/05/2023

NACIONAL – VITRINE – BE NEWS

VITRINE



CÂNDICE LA TERZA
candice@portalbenews.com.br

Para os eventos que fazem a diferença, esta é a sua **Vitrine**.

Mulheres/Portos



MULHERES NA GESTÃO PORTUÁRIA

Aconteceu na semana passada, a seleção para o Seminário de Mulheres na Gestão Portuária, que será em Le Havre, na França. A banca estava composta pela coordenadora de Comunicação da Portos Paraná, Nájia Furlan, pela bióloga e analista portuária, participante do curso em 2019, Jaqueline Dittrich, pela diretora do OGMO Paranaguá, Shana Bertol, pela diretora da Agência Nacional de Transporte Aquaviário (Antaq), Flávia Takafashi, pela assessora da Secretaria Geral da Presidência, Raissa Dantas, e pela analista portuária Andrea Almeida Lopes de Deus. A iniciativa é da Portos do Paraná e visa à promoção de ações concretas na busca pela equidade de gênero.

1º WEB SUMMIT NO BRASIL

A conferência de tecnologia e inovação Web Summit, que anualmente é realizada em Portugal e Irlanda, teve uma edição extra no Brasil, de 1 a 4 de maio, na cidade do Rio de Janeiro. A capital fluminense foi escolhida pela organização para o projeto de expansão internacional do evento e foi o primeiro local a sediar a conferência fora da Europa. O Web Summit foi um sucesso absoluto e recebeu mais de 20 mil pessoas, de várias partes do mundo, e já considerado o maior evento de tecnologia a ser realizado no mercado brasileiro.



Os nossos conselheiros, claro, não poderiam ficar de fora. Na foto, a diretora de Tecnologia da Informação e membro do Brasil Export, Queit Zunino.

Nesta outra foto, exclusiva para nossa coluna, o presidente do Parque Tecnológico de Santos, Eduardo Bittencourt, o CTO e o CEO da Hexagon.Pro, respectivamente, Leandro Duca e Luiz Simões, membro do Conselho Brasil Tech Export, expositores do importante evento.

Desenvolvimento/Portos



O PORTO ESTÁ NO AR

Produção/ZR News



Ontem (04), nos estúdios da Rádio Santa Cecília FM, em Santos (SP), o advogado especializado em Direito Portuário, Marítimo e Aduaneiro e presidente do Sudeste Export, Marcelo Sammarco, o âncora do programa semanal ZR News, Zerri Torquato, e o presidente do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo - Sopesp, Regis Prunzel, em manhã de debate sobre a cessão da área do Governo Federal entre os armazéns 4 e 6 no Porto de Santos para o município, local onde deverá ser implantado o Parque Valongo.

DO BRASIL EXPORT PARA A VIDA



A Conselheira do Brasil Export e membro da secretaria Geral da Comissão de Direito Marítimo, Portuário, Aeroportuário e Aduaneiro da OAB/CE, Andréa Aquino, esteve em Recife (PE) para se reunir com alguns clientes e acompanhar uma comitiva de empresários do Ceará, em visitas a algumas indústrias. Na oportunidade, aproveitou para se reunir com a também Conselheira do Brasil Export e líder em Concessões, Inteligência de Mercado e Gestão em Finanças e Projetos de Alta Complexidade, Milena Siqueira. "Estes encontros são sempre produtivos e proporcionam a troca de ideias e informações valiosas para o setor e, principalmente, para alinhar as expectativas do próximo Nordeste Export que está por vir", enfatizou Milena.

PARABÉNS A MANOEL FERREIRA

Nossos sinceros cumprimentos e uma singela homenagem ao diretor-presidente do grupo AGEMAR, e vice-presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (FENOP), Manoel Ferreira, pelo recebimento da medalha Mérito Judiciário João Alfredo Correa de Oliveira, que é concedida a personalidades nacionais e estrangeiras que se destacam no seu campo de atuação. Na foto, Manoel em almoço em São Paulo, esta semana, com o CEO do Brasil Export, Fabrício Julião.



OPINIÃO – ARTIGOS – O PROTAGONISMO DOS PORTOS DE AVEIRO E FIGUEIRA DA FOZ NO CORREDOR ATLÂNTICO IBÉRICO



FÁBIO GALLOTTI
sócio do escritório Gallotti e Advogados Associados

MARCELO DE SOUZA SOBREIRA
Conselheiro, consultor e professor
em Mercados Financeiro e de Capitais
opinio@portalbenews.com.br



Aos 27 de abril de 2023, no belíssimo cenário do Museu da Vista Alegre em Ílhavo, os portos de Aveiro e Figueira da Foz realizaram mais um bem-sucedido evento para discutir temas sensíveis ao desenvolvimento do mercado e das infraestruturas portuguesas. Sob o comando do dr. Eduardo Feio, presidente do Conselho de Administração, o seminário “Crescimento Ferroviário no Corredor Atlântico Ibérico – Desafios e Oportunidades” contou com a participação de aproximadamente 60 participantes.

Ao abrir o primeiro painel, a dra. Daniela Carvalho, da TIS, consultora para o Corredor Atlântico, apresentou um plano de revisão da Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T), que busca um maior alinhamento para promover progressos regulamentares e tecnológicos da extensão e ramificação da rede. Com etapas a serem gradativamente concluídas até 2050, a revisão visa fomentar o setor de transportes de cargas não apenas no modal ferroviário, mas também no rodoviário e no fluvial.

Em seguida, o dr. Mário Fernandes, diretor de Planejamento Estratégico das Infraestruturas de Portugal, tratou do Plano Ferroviário Nacional. E ressaltou a importância estratégica deste corredor não só para conexão das áreas norte e central do país, mas principalmente para possibilitar uma alternativa de escoamento da carga pelo modal ferroviário à fronteira, de modo a projetar os portos portugueses no cenário europeu.

Por sua vez, a sra. Marta Alves, responsável pelo Gabinete de Estratégia da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e da Administração do Porto da Figueira da Foz, (APFF), abordou o fato de como os portos de Aveiro e Figueira da Foz estão a investir em plataformas multimodais competitivas, gerando uma integração mais eficiente nas interfaces Porto/Lisboa e litoral/interior, tendo o potencial de atingir um hinterland de comércio internacional de 18,9 milhões de toneladas. Destacou também a linha regular de contêineres, a melhoria de acessibilidade marítima (alargamento e aprofundamento do canal de navegação), a construção da Zona de Atividades Logísticas e Industriais (Zali), que visa a integrar atividades industriais e logísticas oferecendo opções de transportes aquaviário e terrestres, e a ampliação da Janela Única Logística (JUL) como meio de harmonizar a intermodalidade e dar celeridade ao fluxo logístico.

Para encerrar o primeiro painel, Pablo Hoya, diretor geral da Zaldesa, trouxe a questão do porto seco de Salamanca que, por sua posição geográfica, se mostra como parte da solução para o desenvolvimento de uma plataforma complementar aos portos portugueses. A importância estratégica daquele porto seco para o progresso do Corredor Atlântico é destacada em função da sua proximidade com Madri, do aeroporto internacional de Salamanca e da ligação direta de vias rodoferroviárias com Aveiro, assim como o centro e o norte da Europa.

Já no segundo painel, a mesa-redonda contou com os drs. Antônio Nabo Martins, presidente da Apat (Associação dos Transitários de Portugal), Francisco Fonseca, vice-presidente da Antram

(Associação Nacional de Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias) e Miguel Rebelo de Sousa, presidente da Apéf (Associação Portuguesa das Empresas Ferroviárias).

O tom foi unânime em relação às vantagens da utilização do modal ferroviário pelo prisma do compromisso em reduzir a emissão de carbono. Tanto as plataformas multimodais que estão a se desenvolver nos portos, quanto a transposição do Corredor Atlântico Ibérico são essenciais para dar aos tomadores de serviços a opção que mais se adequa à necessidade das respectivas cargas e, assim, colocar os portos de Aveiro e Figueira da Foz em evidência no cenário internacional.

Ressaltou-se ainda que a integração dos modais ferroviário e rodoviário é a chave para que se possa oferecer um transporte mais sustentável e, ao mesmo tempo, vencer o desafio das “first and last mile”. Desta feita, os dois modais terrestres se tornam coexistentes e interdependentes ao invés de concorrentes. No entanto, ainda que seja de interesse comum, a implantação de uma rede ferroviária enfrenta desafios, dentre eles: a diferença das bitolas, de tensão e as questões das diferentes regulamentações do setor nos diferentes países.

Acreditamos que a intermodalidade de transportes seja o caminho para potencializar a competitividade dos portos que pretendem se lançar ao cenário internacional. Ademais, não há dúvidas de que a implantação e modernização de linhas férreas eletrificadas são soluções para dirimir questões atinentes às crises energéticas e climáticas.

Assim, é louvável a iniciativa em promover o diálogo entre os agentes que compõem o setor de transportes, com o intuito de estreitar relações, debater as alternativas existentes e construir uma agenda positiva do Corredor Atlântico Ibérico para o mercado consumidor da Comunidade Europeia.

RESSALTOU-SE AINDA QUE A INTEGRAÇÃO DOS MODAIS FERROVIÁRIO E RODOVIÁRIO É A CHAVE PARA QUE SE POSSA OFERECER UM TRANSPORTE MAIS SUSTENTÁVEL E, AO MESMO TEMPO, VENCER O DESAFIO DAS “FIRST AND LAST MILE”. DESTA FEITA, OS DOIS MODAIS TERRESTRES SE TORNAM COEXISTENTES E INTERDEPENDENTES AO INVÉS DE CONCORRENTES. NO ENTANTO, AINDA QUE SEJA DE INTERESSE COMUM, A IMPLANTAÇÃO DE UMA REDE FERROVIÁRIA ENFRENTA DESAFIOS, DENTRE ELAS: A DIFERENÇA DAS BITOLAS, DE TENSÃO E AS QUESTÕES DAS DIFERENTES REGULAMENTAÇÕES DO SETOR NOS DIFERENTES PAÍSES.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 05/05/2023



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

RICARDO MOLITZAS, DIRETOR-EXECUTIVO DO SOPESP PARTICIPA DO PROGRAMA PORTO & NEGÓCIOS

Informações: Porto & Negócios (5 de maio de 2023)



Assista aqui : <https://youtu.be/VS5YG4oSI24>

No programa Porto & Negócios, exibido nesta quinta-feira (04), uma edição especial sobre os 30 anos do SOPESP e os detalhes do Santos Export 2023, um dos eventos regionais do Fórum Nacional Brasil Export, com a participação do nosso diretor-executivo e Presidente do Conselho do Santos Export, Ricardo Molitzas.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 05/05/2023



COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES DEBATE PREÇOS DE PASSAGENS AÉREAS NO NORTE NO PAÍS

Informações: Agência Câmara de Notícias (5 de maio de 2023)

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados debate nesta quinta-feira (9) o preço das passagens aéreas para a Região Norte. O deputado Duda Ramos (MDB-RR), que solicitou o debate, explica que o pós-pandemia veio acompanhado de um aumento expressivo das tarifas aéreas, mas que para os usuários da Região Norte do País a situação é ainda mais crítica.

“Quase não há opções em conta, em termos de preço absoluto. Isso limita o acesso ao serviço de transporte aéreo, deixando fora do mercado um conjunto de consumidores que, por sua renda média, poderia fazer uso do avião se morasse em outras cidades do País, mais integradas e mais próximas umas das outras”, avalia.

Foram convidados para discutir o assunto, além dos ministros de Portos e Aeroportos, Márcio França; da Fazenda, Fernando Haddad; e do Turismo, Daniela Carneiro:

- o diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Tiago Pereira; e
- a presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), Jurema Monteiro.

Confira a lista completa de convidados : <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/67690>

A reunião será realizada às 16h30, no plenário 11.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 05/05/2023

PARCERIA ENTRE OS PORTOS DE ROTERDÃ, NA HOLANDA, E DE RIO GRANDE PROMOVE TROCA DE CONHECIMENTO E NEGÓCIOS

Informações: O Sul (5 de maio de 2023)

O World Hydrogen Summit, que ocorrerá na Holanda de 9 a 11 de maio, será marcado pela assinatura, na quarta-feira (10), de uma carta de intenções entre portos brasileiros e o porto de Roterdã.

Os portos de Rio Grande, no Litoral Sul gaúcho, e Paranaguá, no Paraná, além do Complexo do Pecém, no Ceará, integrarão o Programa Plurianual de Desenvolvimento Sustentável e Inovador de Portos 2023-2026 – o Green Ports Partnership.

A iniciativa é liderada pela Agência Empresarial dos Países Baixos, Rotterdam Partners e Rede Diplomática Holandesa no Brasil, que, na Região Sul é representada pelo NBSO Porto Alegre – Escritório Holandês de Apoio aos Negócios Brasil.

No Rio Grande do Sul, além do NBSO Porto Alegre, a Fiergs (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul), o Sindienergia-RS (Sindicato da Indústria de Energias Renováveis do RS) e a Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura estão envolvidos com o projeto. A ideia é trabalhar de forma conjunta em um programa de cooperação de três anos, a fim de ter um maior impacto no mercado brasileiro.

Entre os objetivos, está promover a cooperação entre entidades públicas e privadas brasileiras e holandesas, construir parcerias e gerar oportunidades de negócios no mercado marítimo, com foco no desenvolvimento sustentável e inovador de portos e terminais brasileiros e logística portuária, além de digitalização, sustentabilidade e transição energética. Também há grande interesse em projetos de energia renovável relacionados aos portos, como energia eólica offshore, nearshore e hidrogênio verde. As áreas são consideradas estratégicas para o Rio Grande do Sul.

As metas incluem posicionar a Holanda como parceiro preferencial de negócios nos mercados marítimo e de energia renovável brasileiros, organizar missões comerciais e visitas técnicas à Holanda e ao Brasil para promover parcerias de negócios e plataformas de cooperação, realizar

workshops técnicos e eventos on-line, que visam a troca de conhecimento e de experiências sobre o desenvolvimento portuário e da energia renovável e estimular empresas brasileiras atuantes nos setores de portos e de energia sustentável a se estabelecerem ou expandirem seus negócios na Holanda.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 05/05/2023



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

OS PLANOS DA NOVA TRANSPETRO

Os planos de Sérgio Bacci para a nova Transpetro: obras no Brasil, FMM, navios verdes e gás
Por epbr 5 de maio de 2023 Em Comece seu Dia, Petróleo e gás



Infraestrutura da Transpetro (Foto: Divulgação)

O novo presidente da Transpetro, Sérgio Bacci, reforça que a companhia vai voltar contratar a construção de navios nacional e que precisa resolver os imbróglis que ainda impedem a participação de estaleiros em licitações estatais; reforça que os navios com critérios de sustentabilidade estão no radar; e vê oportunidades no Gás para Empregar.

Obras. Ele afirma que a contratação nacional não ocorrerá a “qualquer preço ou prazo”. E que a ideia é que os novos projetos sejam financiados pelo Fundo da Marinha Mercante (FMM). (epbr)

Os recursos do FMM sofreram um esvaziamento. De acordo com o último boletim do Ministério dos Portos, a disponibilidade total somava R\$ 9,6 bilhões em março.

— Uma regra criada em 2021, contudo, prevê a transferência de superávit de fundos públicos para amortização de dívida. O saldo cairia, nesse caso, para R\$ 1 bilhão

Estaleiros. Bacci disse que tem se reunido com o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria Geral da União (CGU) para avaliar a situação dos estaleiros nacionais envolvidos na Lava Jato e discutir a possibilidade desses grupos voltarem a participar de licitações da subsidiária da Petrobras. Ele defende que os estaleiros nacionais hoje já têm capacidade de retomar a construção naval. (epbr)

— A Transpetro criou um grupo de trabalho com duração de 60 dias para avaliar o tamanho da demanda de navios da Petrobras, o custo e os estaleiros disponíveis.

Gás para Empregar. Bacci também conta que a Transpetro vai analisar necessidades de investimentos em dutos e terminais e que mira oportunidades de negócios do programa Gás para Empregar.

— “Se houver a decisão de construir novos dutos, por quem quer que seja, podemos fazer a operação e manutenção. Seria, inclusive, importante que participássemos, porque isso nos dá mais receita”, disse. (epbr)



Petróleo fecha sem direção única. WTI, referência americana, fechou a sessão de quinta relativamente estável (-0,06%), a US\$ 68,56, enquanto o Brent, a referência global, subiu 0,24%, a US\$ 72,5 – sem fôlego e com movimentos mistos, à medida que investidores avaliam as consequências do aperto monetário nos EUA e na zona do euro. (Valor)

Diretor e técnicos do Ibama discordam sobre licenciamento da Foz. Em despacho interno, o diretor substituto da Diretoria de Licenciamento Ambiental, Régis Fontana, discordou parcialmente do parecer técnico que sugere a rejeição da licença para atividade de perfuração da Petrobras na Bacia Foz do Amazonas.

– Fontana diz que o processo se trata de uma “avaliação político-estratégica a ser tratada em arena diversa do licenciamento ambiental”. E classifica o Ibama como “tão somente um órgão executor” de políticas estabelecidas pelo governo para as áreas ambiental e energética. (epbr)

‘Não existe pressão da Petrobras’ sobre o Ibama, diz diretor. Joelson Falcão, que comanda a diretoria de exploração e produção da petroleira, afirmou à epbr que “não existe qualquer tipo de confronto” com o órgão ambiental sobre o licenciamento da exploração na margem equatorial. “Muito pelo contrário, nós temos um trabalho técnico sendo feito”, afirmou, em entrevista exclusiva durante a OTC, em Houston, Texas (EUA). (epbr)

Petrobras analisará parcerias com chinesa em renováveis. Petroleira brasileira cria grupo de trabalho com estatal China Energy International. O grupo analisará oportunidades de negócios conjuntos com foco em geração de energia renovável e produção de hidrogênio verde. Governo chinês tem provisionado aporte de US\$ 100 bilhões para a CEI investir nos principais mercados mundiais, entre 2021 e 2025.

ANP autoriza uso de biodiesel B100 em frota cativa da Amaggi. Companhia de grãos poderá utilizar o biocombustível, puro, em até 300 caminhões, contanto que atenda às especificações vigentes. Os testes serão iniciados em parte reduzida da frota e o aumento se dará de forma gradativa, até o limite autorizado pelo órgão regulador. (epbr)

Brasil deveria buscar pioneirismo no H2 verde, diz cônsul britânico. Para o Cônsul-Geral Britânico do Rio de Janeiro, Anjoum Noorani, a exploração de novas fronteiras de óleo e gás no país é importante, mas o foco deveria estar na transição energética. Ele defende que o Brasil deveria focar suas políticas para ser pioneiro na indústria global de hidrogênio verde. Noorani também vê o etanol brasileiro como uma importante contribuição para a descarbonização, como na produção de combustível sustentável de aviação. (epbr)

Paraná sanciona política de fomento ao hidrogênio renovável. Política Estadual do Hidrogênio Renovável traz os primeiros passos para incentivar o uso de hidrogênio. O texto traz a definição de hidrogênio renovável como “elemento obtido a partir de fontes renováveis por meio de um processo com baixa emissão de carbono”. Significa que a política estadual deverá olhar para diferentes rotas de produção, e incluir, além do H2 verde, produzido a partir da eletrólise, os derivados de bioenergia como etanol e biogás. (epbr)

Mais Luz para Amazônia exigirá muito planejamento. Estudo do Instituto de Energia e Meio Ambiente (Iema) mostra que levar energia renovável às 219 mil unidades consumidoras mapeadas pelo programa Mais Luz para a Amazônia demandará a instalação de até 6 milhões de módulos fotovoltaicos e mais de 5 milhões de baterias estacionárias até 2030. Isso exigirá um fluxo de fornecimento de componentes contínuo e estável e um plano de logística reversa para as baterias. (epbr)

Vivo e Helexia inauguram três usinas solares no Paraná. Juntas, as usinas somam 18,4 MWp de capacidade instalada e devem abastecer mais de 1,7 mil pontos de consumo da Vivo. A iniciativa faz parte do projeto da empresa de telefonia para implantar 85 usinas de fontes solar, hídrica ou biogás em todo o Brasil. (epbr)

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 05/05/2023

GOVERNO QUER RECOMPOR EM R\$ 1,3 BI O ORÇAMENTO PARA OBRAS DE ANGRA 3

Ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, disse que ENBPar precisará de recomposição orçamentária

Por Gabriela Ruddy 5 de maio de 2023 Em Política energética, Setor elétrico



Ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, diz que governo vai recompor orçamento da ENBPar (Foto Valter Campanato/Agência Brasil)

RIO – O governo vai recompor em cerca de R\$ 1,3 bilhão o orçamento da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (ENBPar), estatal que passou a controlar a Eletronuclear após a privatização da Eletrobras.

O objetivo é avançar com as obras da usina nuclear de Angra 3 (1.405 MW), em Angra dos Reis (RJ), disse a ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck. O valor exato da recomposição orçamentária ainda não está definido.

“Estamos discutindo com a Eletronuclear o que é possível fazer este ano ainda. Estamos conversando com eles para saber o valor previsto”, disse a ministra, em evento do setor nuclear no Rio nesta sexta(5/5)

Esther Dweck afirmou que a ampliação dos recursos da ENBPar é objeto de conversas com o Ministério de Minas e Energia e com a própria estatal.

Angra 3 será a maior usina nuclear do país. O projeto está em construção desde a década de 1980. As obras foram interrompidas pela última vez em 2015, na esteira dos casos de corrupção deflagrados pela Operação Lava Jato. Ao todo, 65% do projeto está concluído.

Conclusão de Angra 3 custará R\$ 20 bi

Na quarta-feira (03/5), o secretário de Energia Elétrica do MME, Gentil Nogueira de Sá Junior, disse que recursos adicionais seriam necessários para as obras do Plano de Aceleração do Caminho Crítico de Angra 3 – conjunto de obras de engenharia que antecedem a contratação de uma “epicista” para concluir a usina.

“Estamos hoje no caminho crítico, fazendo algumas obras de Angra 3 e necessitando de recursos adicionais para completar esse caminho crítico, para [que] em setembro do próximo ano tenhamos essa estruturação dos valores necessários para dar continuidade ao projeto”, disse Nogueira, durante apresentação das propostas e programas do MME para 2023 na Comissão de Minas e Energia (CME) da Câmara dos Deputados.

O MME estima que a conclusão de Angra 3 demandará mais R\$ 20 bilhões. Esse valor se soma aos cerca de R\$ 7,8 bilhões já aportados no empreendimento.

O custo estimado para abandonar completamente as obras, por sua vez, é de R\$ 13,6 bilhões. A usina está prevista para entrar em operação até 2029.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), afirmou, durante a participação na CME, esta semana, que o governo está estudando alternativas para conclusão da usina. Uma das preocupações é com a modicidade tarifária.

De acordo com a modelagem feita pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a conclusão de Angra 3, a tarifa média de energia da usina ficaria em R\$ 726 por MWh nos primeiros 16 anos de funcionamento da usina e R\$ 224 por MWh nos demais 24 anos.

Para efeitos de comparação, a tarifa de Angra 1 e 2 é de aproximadamente R\$ 350 /MWh.

ENBPar fora do teto de gastos

Para recompor o orçamento da ENBPar, Esther Dweck disse ainda que será necessário tirar a estatal do teto de gastos, a exemplo do que ocorria com a Eletrobras antes da privatização.

Além disso, Dweck afirmou que o governo pretende reestruturar e fortalecer as estatais, para que elas tenham capacidade de inovação. Anunciou ainda a intenção de reforçar o quadro pessoal das estatais.

Ela contou que novos concursos públicos serão lançados nos próximos dias para as áreas de políticas sociais e infraestrutura. Na sequência, deve anunciar contratações de servidores para os ministérios. O número de contratações, no entanto, ainda não foi definido.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 05/05/2023

DECRETO REESTRUTURA CONSELHO NACIONAL DE FERTILIZANTES, COM PRESENÇA DA PETROBRAS E MME

Colegiado é responsável por revisar, debater e implementar o Plano Nacional de Fertilizantes
Por epbr 5 de maio de 2023 Em Mercado de gás, Política energética



Fábrica de fertilizantes da Petrobras em Araucária (PR) (Foto: Petrobras)

RIO — Decreto publicado nesta sexta (5/5) pelo presidente Lula reestrutura o Conselho Nacional de Fertilizantes e Nutrição de Plantas (Confert) – colegiado responsável por revisar, debater e implementar o Plano Nacional de Fertilizantes (PNF), cujo objetivo é reduzir a dependência das importações.

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, e o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, participarão do Confert. A oferta de gás natural competitivo para a indústria de fertilizantes é uma das prioridades do programa Gás para Empregar, em discussão no governo.

O Conselho será presidido pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, e contará também com a presença dos ministros:

- da Agricultura e Pecuária;
- Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar;
- Fazenda;
- Meio Ambiente e Mudança do Clima;

Anteriormente, o Confert era composto por membros do secretariado dessas pastas e estava vinculado à Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Agora, passa a ser órgão consultivo e deliberativo vinculado ao MDIC.

O conselho contará, ainda, com a Embrapa, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e Confederação Nacional da Indústria.



PNF quer reduzir dependência externa para 50%

Os fertilizantes importados chegam a 85% dos produtos utilizados no Brasil. De acordo com o MDIC, essa dependência custa US\$ 25 bilhões anuais ao país.

A meta-síntese do PNF é que essa dependência seja reduzida para entre 50% e 55% até 2050.

Para revitalizar e reestruturar da cadeia de produção nacional, o PNF traz um conjunto de diretrizes, metas e ações.

Prevê, por exemplo, investimento tecnológico para melhorar o aproveitamento dos insumos no solo brasileiro, elevando o nível do conhecimento geológico do país.

Também estão no horizonte do PNF a melhoria do ambiente de negócios (regulação, tributação, burocracia) e a consolidação de um sistema eficiente de distribuição e armazenamento, entre outras ações.

Fertilizantes é prioridade na política energética

A pauta dos fertilizantes se interliga à agenda do setor de gás natural – principal matéria-prima dos fertilizantes nitrogenados.

Com a criação do programa Gás para Empregar, o governo federal quer viabilizar projetos que dependem de oferta e redução dos preços do gás natural – e as indústrias de fertilizantes e química serão incluídas como setores prioritários, nesse sentido.

Você viu aqui: Fertilizantes e química lideram agenda do gás no novo governo

O programa virá acompanhado por mudanças legislativas para permitir o swap (permuta) de óleo da União por volumes adicionais de gás natural a serem ofertados por meio da Pré-Sal Petróleo (PPSA), estatal responsável pela comercialização da partilha de produção.

“A ideia que temos é que haverá uma priorização desses segmentos”, disse o secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do MME, Pietro Mendes, na semana passada, ao participar de seminário da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) na Câmara dos Deputados.

“[São] três grandes pilares: a gente ter contratos de fornecimento de longo prazo, que viabilizem a indústria química, indústria de fertilizantes; redução do preço do gás, com o aumento da oferta de gás natural; e uma remodelação da atuação da PPSA”, complementou.

Ao justificar o plano do swap do óleo da União pelo gás, Pietro Mendes explicou que pelas previsões atuais, a parcela de gás natural da União alcançará um pico de 3,2 milhões de m³/dia de gás natural em 2029.

“[É] um volume muito baixo. Uma fábrica de fertilizantes utiliza em torno de dois milhões de metros cúbicos por dia. É por isso que a gente precisa ter esse mecanismo [o swap]”.

A produção de óleo da União, por sua vez, está prevista para 920 mil barris/dia em 2031.

“Quase um milhão de barris por dia da União, porque a gente entende que tem que fazer política pública e viabilizar o desenvolvimento industrial e a segurança energética”, exemplificou.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 05/05/2023

ENEVA É CANDIDATA NATURAL A PARTICIPAR DE NOVO TERMINAL DE GNL NO MARANHÃO

Empresa mantém projeto nos planos, mesmo depois de comprar terminal em Sergipe e descobrir novas reservas no Parnaíba

Por André Ramalho 5 de maio de 2023 Em Mercado de gás, Setor elétrico



(Foto: Divulgação/Eneva)

RIO — O aumento das reservas na Bacia do Parnaíba e a compra do terminal de regaseificação de Sergipe, no pacote de aquisição da Celse, trouxeram novas perspectivas de acesso ao gás natural para a Eneva — que mira os futuros leilões de energia. Independente disso, a empresa mantém em seu plano estratégico a intenção de desenvolver uma unidade de importação de gás natural liquefeito (GNL) no Maranhão.

Em abril, a Secretaria Nacional de Portos aprovou a proposta da Emap, administradora do Porto de Itaqui, de uso de uma área do complexo portuário (o berço 94) para instalação da planta de regás, de 14 milhões de m³/dia de regaseificação. E a Eneva desponta como candidata natural a participar da empreitada.

O pedido de autorização da Emap para instalação de um terminal de GNL no Porto de Itaqui partiu de uma provocação da Servtec — empresa que, em 2021, fechou um acordo de cooperação com a Eneva para desenvolvimento de uma unidade de regaseificação do Maranhão.

Como Itaqui é um porto público, é obrigado a realizar uma licitação para que outros potenciais interessados tenham a oportunidade de apresentar projetos similares e concorrerem pela infraestrutura.

Eneva quer dar mais flexibilidade ao portfólio

A companhia tem planos de, no futuro, conectar o Complexo do Parnaíba ao futuro terminal de GNL em São Luís, por meio de um gasoduto de cerca de 300 km de extensão.

É parte da estratégia de dar mais flexibilidade à gestão de seu portfólio, a partir da construção de um mix de gás nacional e importado, de olho em futuros leilões de energia.

Pelas regras das licitações, a geradora precisa sempre demonstrar, no cadastro, que possui volumes de gás suficientes para abastecer as usinas, a despacho pleno, por determinado período. Nem sempre, porém, é simples casar as descobertas com as datas de leilões.

Quando começou a conceber o plano do terminal de GNL no Maranhão, por exemplo, a Eneva não tinha reservas suficientes para novos projetos termelétricos.

O cenário mudou em 2022. Com a declaração de comercialidade do campo Gavião Mateiro, a companhia incorporou novas reservas que permitem à empresa recontratar Parnaíba I e III em futuros leilões A-5. Ambas as usinas têm contratos até 2027 e a prioridade da empresa é recontratá-las.

Além disso, a Eneva comprou no ano passado o terminal de regás de Sergipe, da New Fortress — o que lhe abriu novas portas no acesso a cargas importadas.

No contexto de mercado atual, de aquecimento na demanda por novos projetos de GNL na Europa, existe um risco maior no desenvolvimento de novos terminais do que há dois anos atrás, antes da guerra da Ucrânia. Mas do ponto de vista estratégico, numa perspectiva de mais longo prazo, a empresa quer contar com uma nova fonte de suprimento no Maranhão — que não está interligado à malha nacional de gasodutos.



“A empresa também entende que é estratégico estar posicionada com um terminal de regaseificação de GNL no Maranhão, que é um mercado ainda com demanda relevante de gás natural e que não está conectado à malha de transporte. Dentro desse contexto, a empresa mantém, sim, o seu interesse no projeto do terminal de GNL de Itaqui”, esclareceu a Eneva, à agência epbr.

Em março, a Eneva já havia informado que pretende concluir este ano o projeto conceitual, a estimativa de investimento e a definição da tarifa do gasoduto que ligará Parnaíba a Itaqui. Ainda não há um prazo, contudo, para a decisão final de investimento.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 05/05/2023

A CORRIDA PELO LÍCIO: O MINERAL DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA | ANTESSALA EPBR

Neste antessala, discutiremos os desafios do Brasil na exploração desse mineral e as oportunidades do país em garantir a transição energética com segurança e responsabilidade ambiental

Por estúdio epbr 5 de maio de 2023 Em Setor elétrico, Transição energética, Vídeos

O lítio é uma matéria-prima essencial para a transição energética.

Presente nas baterias de íon de lítio de veículos elétricos e nos sistemas de armazenamento de energia, que servem de base para o despacho de renováveis, o mineral deve ver sua demanda crescer vertiginosamente, em mais de 40 vezes até 2040, segundo projeção da Agência Internacional de Energia (IEA, em inglês).

O mundo começa a assistir uma corrida pelo mineral. Com cerca de 65% das reservas encontradas no Chile, Bolívia e Argentina, é na China a maior concentração do processamento do lítio.

No radar, duas preocupações feitas por analistas. Os riscos para a transição energética causados pela alta concentração do processamento do mineral em poucos países; e os impactos ambientais causados pela mineração.

Por aqui, as discussões sobre expansão da exploração do lítio vêm ganhando destaque.

Juntamente com o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) e o governo de Minas Gerais, o Ministério de Minas e Energia (MME) criou a iniciativa Vale do Lítio, para atrair investimentos internacionais na criação de um polo de exploração e industrialização do mineral no Vale do Jequitinhonha.

O objetivo é transformar a região em uma das principais produtoras de lítio do mundo.

O MME estima que cerca de R\$ 15 bilhões poderiam ser investidos na produção do minério até 2030.

Nesta edição do antessala, discutiremos os desafios do Brasil na exploração desse mineral e as oportunidades do país em garantir a transição energética com segurança e responsabilidade ambiental.

Nossos convidados nesta edição:

— José Balbino Maia de Figueiredo, vice-presidente da Regional FIEMG Vale do Jequitinhonha.

— Julio Cesar Nery Ferreira, Diretor de Sustentabilidade e Assuntos Regulatórios do IBRAM

— Elaine Santos, pesquisadora do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP

— Nossas redes

LinkedIn: [linkedin.com/company/epbrasil](https://www.linkedin.com/company/epbrasil)

Facebook: [facebook.com/epbrface](https://www.facebook.com/epbrface)

Twitter: twitter.com/epbr

Instagram: [instagram.com/epnoinsta](https://www.instagram.com/epnoinsta)

SoundCloud: [soundcloud.com/epbr](https://www.soundcloud.com/epbr)

Spotify: bit.ly/spotify-epbr

— Produção e apresentação

Gabriel Chiappini

▪ LinkedIn: [linkedin.com/in/gabriel-chiappini](https://www.linkedin.com/in/gabriel-chiappini)

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 05/05/2023



JORNAL O GLOBO – RJ

LULA ENTRA COM AÇÃO NO STF PARA AUMENTAR PODER DO GOVERNO NA ELETROBRAS

União alega que teve 'direitos políticos drasticamente reduzidos' após desestatização da companhia. Pedido é assinado pelo presidente da República

Por Rafael Moraes Moura — Brasília



O presidente Lula (PT) durante a primeira reunião do Conselho em 2023 – Foto : Cristiano Mariz/Agência O Globo

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva entrou nesta sexta-feira (5) com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para modificar o estatuto da Eletrobras e garantir mais poder ao governo na companhia. A estratégia do Palácio do Planalto foi antecipada pela equipe da coluna em março.

De acordo com o governo, o objetivo da ação direta de inconstitucionalidade, encomenda de Lula, não é derrubar a privatização da empresa e sim suspender o dispositivo, apenas para a União, que estabelece que qualquer acionista tem no máximo 10% do poder de voto nas assembleias, mesmo que tenha participação maior na companhia. A União tem 42,6% das ações.

Para a Advocacia-Geral da União (AGU), a medida fere os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da moralidade e da eficiência da administração pública, além de provocar grave lesão ao patrimônio e ao interesse públicos.

"A União, mesmo após a desestatização da Eletrobras, continua sendo a sua maior acionista, mas teve seus direitos políticos drasticamente reduzidos por medida injustificável do ponto de vista jurídico-constitucional", sustenta o governo na ação, assinada pelo próprio Lula e pelo chefe da AGU, ministro Jorge Messias.



"A regra apenas serviu para impedir que a própria União exerça plenamente seus direitos políticos sobre a Eletrobras privatizada, de acordo com o capital social que já possuía no momento da desestatização."

A ofensiva jurídica do governo está alinhada ao discurso de Lula, que disse em entrevista ao site Brasil 247 que "o governo vai voltar a ser dono da Eletrobras" e que a privatização foi "um crime de lesa-pátria".

"Não vai ficar por isso. Estamos entrando na justiça contra a votação do peso do governo na direção da empresa e o preço pelo qual foi vendida", afirmou Lula, em março.

Na ação, o governo Lula argumenta que a imposição desse limite de 10% para a União é inconstitucional. Segundo a AGU, o objetivo da ação é garantir que a União possa participar da gestão da empresa "de forma proporcional ao investimento público" feito nela.

O limite foi estabelecido na lei da privatização da Eletrobras, aprovada no Congresso, e incluído no estatuto da companhia — privatizada em junho de 2022, em uma negociação pela qual investidores pagaram R\$ 33,7 bilhões.

Ao longo das negociações para a privatização, ficou claro que transformar a companhia numa "corporation" – ou seja, que não tem um controlador definido — seria uma das condições para atrair investidores e fazer o negócio deslançar.

Outra foi a inclusão, no estatuto, de uma proteção contra a reestatização via "poison pill", a pílula de veneno, no jargão do mercado. Por esse instrumento, caso queira reestatizar a empresa, o governo precisa pagar o triplo do valor das ações.

"Se a finalidade da medida era a adoção da forma empresarial conhecida como 'corporação', apenas a capitalização da Eletrobras seria suficiente para que se alcançasse o objetivo desejado, sendo claramente dispensável o impedimento de que a União exerça plenamente seus direitos políticos, na companhia privatizada, legitimados pela quantidade de ações que já possuía e pelo investimento público realizado antes da desestatização", alega a AGU na ação apresentada ao STF.

Conforme informou a coluna, quando a lei da privatização era discutida no Tribunal de Contas da União, Lula chegou a telefonar para dois ministros da Corte para dizer que, se fosse eleito, reverteria o negócio.

Durante a campanha eleitoral, o então candidato criticou a privatização e, na transição, o grupo de trabalho de Minas e Energia estudou formas de reverter o negócio.

Mas a constatação de que recomprar a empresa seria caro demais fez o governo se concentrar no teto para o exercício do poder de voto.

Só que, como esse dispositivo foi criado por uma lei no Congresso, a única forma de derrubá-lo seria aprovar outra lei ou recorrer ao Supremo, o que pareceu a melhor saída pro Planalto frente às sucessivas dificuldades do governo no Parlamento.

Em um aceno ao ministro Kassio Nunes Marques, a AGU pediu que a ação seja distribuída por prevenção ao magistrado, que já é relator de uma série de ações que contestam a venda da estatal após a aprovação da medida pelo Congresso e a sanção por Jair Bolsonaro.

Até agora, os movimentos do ministro foram favoráveis à privatização — como, por exemplo, o de simplesmente não dar nenhuma liminar para parar o processo. Fora isso, Nunes Marques pediu informações e deu andamento burocrático aos pedidos, mas não colocou nenhum obstáculo à privatização.



NOVA POLÍTICA DE AUMENTO REAL DO SALÁRIO MÍNIMO TERÁ IMPACTO DE R\$ 82,4 BI ATÉ 2026, CALCULA GOVERNO

Regra afeta contas públicas porque o valor é o piso das aposentadorias do INSS e outros benefícios
Por Manoel Ventura — Brasília

A nova regra de reajuste do salário mínimo irá custar R\$ 82,4 bilhões aos cofres públicos até o fim do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2026. Ele encaminhou nesta sexta-feira ao Congresso Nacional um projeto de lei que estabelece as regras para aumento real, ou seja, acima da inflação, do piso nacional.

Durante o governo Jair Bolsonaro, o mínimo foi reajustado apenas considerando a variação de preços, sem ganho real. O projeto do governo Lula estabelece que o mínimo vai ser corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano anterior mais o crescimento do PIB de dois anos antes.

Na justificativa da proposta, o governo calcula um impacto de R\$ 18,1 bilhões em 2024, R\$ 25,2 bilhões para 2025 e R\$ 39,1 bilhões para 2026. Segundo o texto, os projetos de Lei Orçamentária referentes ao período alocarão os recursos necessários ao atendimento das despesas adicionais.

IA sedenta: Treino do ChatGPT consumiu 700 mil litros de água, equivalente a encher uma torre de resfriamento de um reator nuclear

“Entende-se que os aumentos programados e cumulativos, acima da inflação com base no patamar valorativo do ano anterior, refletem política que, por um lado, garante o aumento escalonado e estruturado do poder aquisitivo da população e, por outro lado, proporciona previsibilidade aos agentes econômicos, políticos e sociais quanto à valorização do salário mínimo”, justifica o governo.

O impacto orçamentário ocorre porque o piso dos benefícios do sistema de pensões e aposentadorias do INSS é o salário mínimo. Assim, 65% dos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, ou quase 14 milhões de aposentados e pensionistas, recebem um salário mínimo.

Entenda: Na prática, como a Lei da Igualdade Salarial vai garantir remuneração justa para mulheres? No ano passado, o Benefício de Prestação Continuada alcançou 5,1 milhões de idosos e pessoas com deficiências. O Abono Salarial alcançou, em 2022, 25,7 milhões de empregados formais e o Seguro-Desemprego pagou 8,5 milhões de parcelas de um salário-mínimo. Dessa forma, a medida atinge aproximadamente 40 milhões de pessoas.

“A previsibilidade inerente à política proposta ajudará a cadenciar os indicadores da economia, com segurança e sustentabilidade, na medida em que está ancorada no crescimento real da economia. Assim, a previsibilidade da valorização do salário-mínimo auxiliará no controle da inflação, uma vez que eventuais reajustes serão transparentes e baseados em indicadores pré-estabelecidos”, afirma o governo.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 05/05/2023

MINISTRO DAS CIDADES DIZ QUE GOVERNO TENTARÁ REVERTER NO SENADO DECISÃO DA CÂMARA SOBRE A LEI DO SANEAMENTO

Especialistas criticam decretos de Lula, mas Ministério das Cidades diz que decisão da Câmara transformou o texto em uma 'colha de retalhos'

Por Geralda Doca — Brasília



O ministro das Cidades, Jader Filho – Foto : Marcelo Camargo/Agência Brasil

O ministro das Cidades, Jader Filho, disse que vai atuar para reverter no Senado a decisão da Câmara dos Deputados que derrubou alterações feitas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no marco legal do saneamento, por decretos. Ele vai participar da audiência conjunta das Comissões de Desenvolvimento Regional e de Infraestrutura do Senado, no dia 16 de maio.

Para convencer os senadores, o ministro vai argumentar que, se a decisão da Câmara for mantida, 1.113 municípios ficarão impedidos de receber recursos públicos.

- Vamos apostar no diálogo. A minha principal bandeira é evitar que esses municípios sejam prejudicados - disse o ministro ao GLOBO.

Na quarta-feira à noite, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto de iniciativa dos parlamentares que derruba trechos de dois decretos presidenciais. Um deles autorizava empresas estaduais de saneamento a prestarem diretamente o serviço nas regiões metropolitanas, aglomerados urbanos e microrregiões sem necessidade de licitação.

O outro trecho dava sobrevida aos contratos irregulares entre empresas estaduais e municípios.

Os dois decretos de Lula foram considerados retrocesso por especialistas e desagradou especialmente ao presidente da Câmara, Arthur Lira.

Na visão do Ministério das Cidades, contudo, há risco de descontinuidade do serviço para 15,7 milhões de pessoas, de 1.113 município, onde foram identificados problemas de falta de capacidade financeira e contratos irregulares.

Um dos principais objetivos do marco legal do saneamento, aprovado em 2020, é atrair a iniciativa privada para o setor, obrigando a realização de licitações e o fim dos contratos irregulares. Para continuar prestando o serviço, as empresas precisam comprovar capacidade financeira.

A área técnica do Ministério das Cidades está analisando o projeto aprovado pela Câmara e a avaliação preliminar é que a proposta é uma "colcha de retalhos" porque eliminou trechos dos decretos e deixou outros.

- A redação ficou confusa - disse o ministro.

No entanto, o governo terá de enfrentar uma batalha no Senado porque a oposição, liderada pelo senador Rogério Marinho (PL-RN), já se articula para manter a decisão da Câmara. As alterações feitas pelos decretos foram criticadas por especialistas e parlamentares, que alegam atender interesses do ministro Rui Costa, ex-governador da Bahia.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 05/05/2023

EMPATE NO STF DERRUBA DECISÃO QUE SUSPENDEU PROCESSOS SOBRE COMPRA DE TERRAS POR ESTRANGEIROS

Ações haviam sido paralisadas por decisão de André Mendonça, mas agora voltam a tramitar
Por Daniel Gullino — Brasília



Sessão de julgamento no STF – Foto : Nelson Jr./STF

Um empate em um julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) levou à derrubada de uma decisão do ministro André Mendonça que havia suspenso os processos judiciais que tratavam de compra de terras por estrangeiros. Com isso, as ações podem voltar a tramitar.

Na semana passada, Mendonça havia concedido uma decisão provisória determinando

a suspensão. A decisão foi analisada pelos demais ministros, que poderiam confirmá-la ou derrubá-la, mas houve o empate: quatro ministros votaram com Mendonça, e os outros cinco foram contrários. O regimento interno do STF determina que, em casos como esse, deve ser proclamada "solução contrária à pretendida ou à proposta".

O STF está funcionando com dez ministros desde abril, quando Ricardo Lewandowski se aposentou. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda não indicou um substituto, que ainda terá que ser aprovado pelo Senado.

Mendonça havia determinado a suspensão atendendo a um pedido da Ordem de Advogados do Brasil (OAB). O ministro concordou que havia um "cenário de grave insegurança jurídica".

Em julgamento no plenário virtual do STF, realizado entre os dias 28 de abril e 3 de maio, os ministros Edson Fachin, Cármen Lúcia, Dias Toffoli e Nunes Marques seguiram o posicionamento de Mendonça.

Entretanto, o ministro Alexandre de Moraes divergiu, alegando que a manutenção da medida iria levar a um "agravamento no atual estado de coisas, com consequências negativas na estabilização das relações econômicas". Ele foi acompanhado por Luís Roberto Barroso, Luiz Fux, Gilmar Mendes e pela presidente do STF, Rosa Weber.

O pedido da OAB havia citado, como exemplo de um dos casos, a disputa entre a J&F e a empresa indonésia Paper Excellence pelo comando da Eldorado Celulose, que se arrasta há cinco anos.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 05/05/2023

GOVERNO PREVÊ INVESTIMENTO PRIVADO DE R\$ 120 BILHÕES EM ENERGIA RENOVÁVEL NO NORDESTE

Ministério de Minas e Energia diz que está trabalhando para "viabilizar o potencial" de 30 gigawatt de geração renovável na região

Por Renan Monteiro — Brasília



A Vestas desenvolveu um processo químico capaz de decompor todos os elementos que integram as pás dos aerogeradores – Foto : Divulgação

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva apresentou nesta sexta-feira um planejamento inicial que prevê investimentos privados na ordem de R\$ 120 bilhões em fontes de energia renovável no nordeste brasileiro.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, apresentou as diretrizes gerais do Plano de Investimento em Transmissão de Energia em encontro

do Consórcio dos Governadores do Nordeste, no Ceará.

A pasta diz que os R\$ 120 bilhões são investimentos previstos em geração de energia, que serão viabilizados ao longo dos próximos anos.

— Recebi uma diretriz clara do presidente Lula: transformar o Nordeste no maior celeiro de energia limpa e renovável do mundo. Estamos focados integralmente nessa tarefa. Trabalhamos para viabilizar esse potencial incrível de 30 gigawatt de geração renovável, o que deverá destravar mais de R\$ 120 bilhões em investimentos privados na área de geração renovável — disse.

O ministério confirmou a realização de leilões de transmissão de energia - que buscam ampliar a capacidade de escoamento das usinas renováveis no Nordeste. O aporte esperado é de R\$ 36 bilhões em lotes já para este ano e mais R\$ 20 bilhões no próximo ano, segundo ministro de Minas e Energia.

Usina Angra 3

Na última quarta-feira, em audiência na Câmara, Alexandre Silveira informou que o BNDES está analisando um aporte de R\$ 20 bilhões para a finalização das obras da usina nuclear de Angra 3. No planejamento inicial, o projeto poderá ser concluído em 2029.

Angra 3 está entre as prioridades, mas Silveira confirmou que esse é um tema que ainda não tem consenso no governo.

— É um debate que ainda não está concluído dentro do governo e é preciso que isso fique claro. Já foram investidos R\$ 7,8 bilhões, mas tem toda uma modelagem sendo construída pelo BNDES onde são necessários em torno de mais R\$ 20 bilhões para concluir essa usina — diz.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 05/05/2023

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

HADDAD DIZ QUE JUROS JÁ PODERIAM ESTAR EM QUEDA, MAS MERCADO VÊ CORTES SÓ A PARTIR DO 3º TRIMESTRE

Após reunião do Copom desta semana, analistas passaram a acreditar que queda da Selic pode demorar um pouco mais

Por Italo Bertão Filho e Daniel Tozzi Mendes

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta sexta-feira, 5, que o Banco Central já poderia ter iniciado o processo de queda dos juros. Nesta semana, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu manter a Selic em 13,75% ao ano, o que desagradou o governo.



“Acho que já poderíamos iniciar a recalibragem da taxa de juros”, disse o ministro, em entrevista à rádio CBN, ressaltando que respeita a institucionalidade do Banco Central. Segundo ele, a expectativa de inflação para 2024 já está muito moderada, após os esforços da autoridade monetária, o que seria um indicativo de que a queda já poderia ter começado.

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em debate no Senado Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado



Mas, após a reunião do Copom na última quarta-feira, o mercado financeiro está prevendo exatamente o contrário. Os analistas estão jogando mais para a frente - terceiro ou quarto trimestres do ano - o início do ciclo de queda.

Antes do Copom, 14% das instituições ouvidas pelo Projeções Broadcast esperavam uma queda da Selic já na reunião de junho. Agora, apenas 6% (3 de 53 casas ouvidas) mantêm essa projeção. Por outro lado, antes da reunião de quarta-feira, apenas 6% esperavam que o ciclo de queda tivesse início em novembro, e esse número agora subiu para 19%.

Além disso, 21% acreditam que o BC só vai baixar os juros a partir do próximo ano. A maioria (54%) projeta o início da queda em agosto e setembro.

A mediana segue indicando juros em 12,5% no fim de 2023, repetindo o resultado da pesquisa realizada antes da reunião de maio. As estimativas intermediárias para o fim de 2024 e para o fim de 2025 se mantiveram em 10% e 9%, respectivamente.

Mudança de posição

O Bank of America (BofA) foi um dos que mudaram de posição após a reunião do Copom desta quarta-feira. O banco - que esperava cortes dos juros já nesta reunião - postergou a previsão de início do ciclo de afrouxamento monetário para agosto. Também aumentou a projeção de Selic no fim de 2023, de 11% para 11,75%.

“Dada nossa percepção sobre o estado da economia, efeitos defasados cumulativos do aperto monetário e deterioração do mercado de crédito, postergamos nossa projeção para o início de um ciclo de afrouxamento”, disse o BofA, em relatório.

No comunicado de quarta-feira, o BC fez uma menção positiva à apresentação do novo arcabouço, no sentido de que o risco fiscal diminuiu

Ariana Zerbinatti, sócia e economista-sênior da Buysidebrazil

Na consultoria Buysidebrazil, o comunicado do Copom também levou à postergação da projeção de começo de cortes na Selic de junho para agosto. De acordo com a sócia e economista-sênior da casa, Ariana Zerbinatti, o comunicado trouxe um tom mais duro do que o esperado, motivando a postergação, principalmente pela repetição do trecho de que o BC “não hesitará” em retomar o ciclo de altas da Selic para convergir a inflação à meta.

“Claro que apenas a exclusão desse trecho em um próximo comunicado, por si só, não significa que vai haver corte depois, mas a nossa expectativa é que, no comunicado da reunião de junho, essa menção não seja repetida”, disse a economista.

Para que o cenário de cortes ocorra a partir de agosto, a Buysidebrazil projeta que, até junho, o novo arcabouço fiscal esteja aprovado no Congresso, o que deve significar estabilização das expectativas de inflação, segundo Zerbinatti. “Já no comunicado de quarta-feira, o BC fez uma menção positiva à apresentação do novo arcabouço, no sentido de que o risco fiscal diminuiu”, afirma a economista.

Pressões políticas

Apesar de ter visto também o comunicado como mais “hawkish” (com tendência de alta dos juros) que o esperado, o economista do Modal Rafael Rondinelli não alterou a projeção de manutenção da taxa Selic em 13,75% até o fim do ano, com o começo do ciclo de cortes em janeiro do próximo ano.

“Esperávamos que o Copom não mencionasse mais a possibilidade de alta dos juros e ele não tirou essa menção, apenas fez uma leve mudança marginal, com a inclusão de ‘cenário menos provável’”, disse.

O economista avalia que o BC preservou nesta reunião, e deve manter à frente, o seu discurso “duro” de condução da política monetária para “reancorar” as expectativas de inflação, mesmo frente às pressões políticas. “Dada a conjuntura e a leitura atual, o BC não parece ter espaço para redução



ainda este ano”, disse o economista, que espera a Selic terminando em 10,75% apenas no fim de 2024.

Rondinelli não descarta, porém, que o começo do afrouxamento monetário aconteça já no final de 2023, nas reuniões de novembro ou dezembro, em um cenário alternativo do Modal, em que o BC faria dois cortes de 0,25 ponto percentual em novembro e dezembro, com a Selic terminando o ano em 13,25%.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 05/05/2023

O QUE NÃO FALTA NO BRASIL É GENTE PEGANDO CARONA NO ESTADO

Segurança jurídica é necessária para atrair investimentos privados - oposto do que se vê por aqui
Por Elena Landau

É sabido que segurança jurídica é necessária para atrair investimentos privados. Oposto do que se vê por aqui.

Decretos de Lula modificaram a essência do jovem marco do saneamento. O Congresso vai mudar a Lei das Estatais, com apoio do Executivo. A autonomia das agências reguladoras está em risco por conta de uma emenda-jabutí. Há sempre uma desculpa “nobre”: atrair mais recursos, modular regras muito rígidas e aprimorar a regulação. Mas a real intenção é se pendurar no Estado, com mais subsídios e mais cargos. E ainda temos o novo arcabouço fiscal enfraquecendo a Lei de Responsabilidade Fiscal, que foi um divisor de águas para as contas públicas.

No Judiciário, a mesma instabilidade. Nem vou entrar no labirinto da Lava Jato, nas idas e vindas processuais. No momento, está no STF uma ADPF irresponsável proposta por partidos de esquerda para anular acordos de leniência. Em matéria tributária é ainda mais difícil acompanhar. Nesta semana, o STJ rediscutiu a incidência de imposto sobre benefícios fiscais concedidos pelos Estados, e uma liminar do STF suspendeu a eficácia da decisão. Há pouco, tivemos o debate sobre coisa julgada e retroatividade em cobrança de imposto.

O mesmo STF avança sobre a legislação trabalhista. Os ministros estão reavaliando a forma de adesão de trabalhadores, sindicalizados ou não, à contribuição assistencial. Seu valor é fixado em assembleia, à qual devem ir para dizer não, exercendo seu direito de oposição. A motivação é impedir que alguns trabalhadores peguem carona em acordos negociados sem pagar por isso. É retrocesso para a liberdade do trabalhador. O direito de dizer não é inferior ao direito de não dizer nada. Muitos não têm nem sequer notícia de realização de uma assembleia nem condições de comparecer. E, pior, como não existe pluralidade sindical no Brasil, não podem nem escolher o sindicato para o qual contribuir.

A compulsoriedade do imposto sindical, que não é o mesmo que contribuição assistencial, caiu com a reforma trabalhista, mas mesmo esse avanço pode estar em risco com essa reviravolta no STF.

A lógica da reforma era exatamente fazer com que sindicatos saíssem de sua zona de conforto e mostrassem serviço, em contraponto ao monopólio garantido pela unicidade sindical. Nesse sentido, é reveladora a queda significativa dos valores dos recursos arrecadados pelos sindicatos recentemente.

O que não falta por aqui é gente pegando carona no Estado, mas o STF está preocupado apenas com os trabalhadores “caroneiros”. A corda sempre arrebenta para o mais fraco. Mexer com Zona Franca de Manaus ninguém quer.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 05/05/2023

PETROBRAS AVANÇA EM DIESEL RENOVÁVEL E VAI ESTENDER PRODUÇÃO PARA MAIS QUATRO REFINARIAS

Estatual produziu em unidade no Paraná 5,8 milhões de litros de diesel com 5% de conteúdo renovável em abril, suficiente para abastecer 19,3 mil ônibus convencionais

Por Denise Luna

RIO - A Petrobras produziu 5,8 milhões de litros de diesel com 5% de conteúdo renovável em abril, o chamado Diesel R5, primeiro produto lançado no âmbito do Programa de BioRefino da estatal, que corre contra o tempo para se inserir na transição energética global.

O programa projeta chegar em 2027 com a produção de 10,6 bilhões de litros por ano, contra a atual de 1,6 bilhão de litros, com investimento previsto de US\$ 600 milhões. O volume de abril, segundo informou a estatal ao Estadão/Broadcast, é suficiente para abastecer o tanque de até 19,3 mil ônibus convencionais, gerando redução de emissões de cerca de 610 toneladas de gases de efeito estufa (GEE).

O Diesel R está sendo produzido a partir do coprocessamento (processamento conjunto) de derivados de petróleo (parcela mineral), com matérias-primas de origem vegetal, como óleo de soja. Esse novo combustível é uma alternativa sustentável no ciclo diesel, já que a redução das emissões associada à parcela renovável é de ao menos 60% em comparação com o diesel mineral, podendo ser até maior a depender da matéria-prima utilizada.

“Além do benefício ambiental, o Diesel R pode ser misturado ao diesel convencional em diferentes proporções, sem a necessidade de adaptações nos motores dos veículos, sem exigir alterações ou mudanças na cadeia logística ou no seu armazenamento. É um produto com alta estabilidade e isento de contaminantes, o que garante durabilidade e desempenho dos motores”, informa a estatal.



Petrobras vai investir US\$ 600 milhões até 2027 em bicomcombustíveis Foto: Michel Chedid/Petrobras

A Petrobras prevê multiplicar em seis vezes sua capacidade de produção do Diesel R no horizonte de seu Plano Estratégico 2023-2027. Para isso, irá estender a produção do biocombustível para outras refinarias. Atualmente, apenas a Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná, produz o Diesel R, com capacidade instalada para processar até 1,6 bilhão de litros por ano.

Até o fim deste ano, a expectativa é ampliar a capacidade da Repar para mais 2,4 bilhões de litros, o que vai totalizar uma capacidade de 4 bilhões de litros na unidade. Outra medida será iniciar a produção desse combustível na Refinaria de Cubatão (RPBC), em São Paulo, com potencial de até 700 milhões por ano.

“A Petrobras foi a primeira empresa no Brasil a desenvolver tecnologia própria de coprocessamento, além de projetar e implantar em nossas unidades, o diesel com conteúdo renovável. Graças ao empenho de nossos cientistas do Centro de Pesquisas e Inovação da Petrobras (Cenpes), e de nossos profissionais de refino, patentecemos a tecnologia e nos tornamos referência no segmento”, afirmou em nota o diretor de Comercialização e Logística da Petrobras, Claudio Romeo Schlosser.

Até 2027 também está programado início da produção do biocombustível na Refinaria de Paulínia (Replan, SP), com capacidade de até 2,6 bilhões de litros por ano, seguida pela Refinaria Duque de Caxias (Reduc), no Rio de Janeiro, com 900 milhões de litros/ano, e da Refinaria Capuava (Recap), em Mauá/SP, com 2,3 bilhões/ano.

“Todas elas estarão aptas a produzir diesel com conteúdo renovável. Além disso, até 2027, a companhia implantará uma unidade dedicada à produção de Bioqav (querosene de aviação) e diesel 100% renovável (diesel R100) na RPBC”, informou a empresa, ressaltando que estuda ainda adequações para o coprocessamento do Diesel R em outras refinarias.

Além da Petrobras, recentemente a Refinaria de Mataripe, na Bahia, vendida pela Petrobras no final de 2021, anunciou que vai investir R\$ 12 bilhões nos próximos dez anos na produção de diesel verde (HVO) e querosene de aviação sustentável (SAF) 100% renováveis. A expectativa é produzir 1 bilhão de litros por ano, o que vai reduzir em até 80% as emissões de CO₂ com a substituição do combustível fóssil.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 05/05/2023

OFERTA DE EMPRESAS PELA BRASKEM SUPERA R\$ 36 BILHÕES E PRECISA DE AVAL DO GOVERNO

Estatual de petróleo Adnoc, de Abu Dhabi, e o fundo americano Apollo querem comprar o controle da empresa que atualmente está nas mãos da Petrobras e da Novonor (antiga Odebrecht)

Por Altamiro Silva Junior e Cynthia Declodt

A Adnoc, estatal de petróleo de Abu Dhabi, e o fundo de private equity americano Apollo querem comprar o controle da Braskem. Para tentar avançar com o negócio, ofereceram perto de US\$ 7,2 bilhões - R\$ 36 bilhões por uma das maiores petroquímicas do mundo, atualmente nas mãos da Petrobras e da Novonor (antiga Odebrecht). A esse preço, cada ação da empresa sairia a R\$ 47, um prêmio alto em relação aos níveis atuais do papel, que fechou ontem em R\$ 19,22.



A proposta foi apresentada ao governo, dono da Petrobras, e aos bancos credores - Bradesco, Itaú Unibanco, Banco do Brasil, Santander e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) - nesta sexta-feira. A grande dúvida é saber como será recebida pelo novo governo, que vem se mostrando contrário à desestatização e ainda está definindo qual será o papel da Petrobras.

Venda da Braskem vem sendo arrastada há pelo menos três anos Foto: Daniel Teixeira/AE

A venda da Braskem vem sendo arrastada há pelo menos três anos, após chegar muito próximo de ser fechada com a multinacional LyondellBasell, em 2019. No início do ano passado, uma oferta bilionária de ações em bolsa foi abortada na última hora, após os bancos credores perceberem que a operação só iria adiante com as ações vendidas a R\$ 40.

No meio do ano passado, alguns interessados começaram a se manifestar, entre eles a gestora norte-americana Apollo, que apresentou proposta envolvendo a compra de toda a Braskem, ou seja, incluindo-se a parte da Petrobras. A oferta era de R\$ 47 a R\$ 50 por ação da Braskem.

A holding J&F, que controla a JBS e o banco Original, também informou que pretendia entrar na disputa. Outros nomes que olharam a petroquímica foram a Ultrapar e o BTG Pactual, que queria comprar a dívida. Procurada, a Novonor não comentou.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 05/05/2023

REFORMA TRIBUTÁRIA: PROPOSTA DEVE TER 3 ALÍQUOTAS DIFERENTES, DIZ COORDENADOR DE GRUPO DE TRABALHO



Ideia seria ter um imposto sobre valor agregado padrão, um para setores resistentes e outro com alíquota zero

Por Giordanna Neves

ENTREVISTA COM

Reginaldo Lopes - Coordenador do grupo de trabalho da Reforma Tributária na Câmara dos Deputados

BRASÍLIA – O coordenador do grupo de trabalho da Reforma Tributária na Câmara, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), afirma que o texto deve propor três alíquotas distintas para o Imposto Sobre Valor Agregado (IVA), que será criado para unificar tributos: a de referência, a de equilíbrio e a “alíquota zero”.

A alíquota de referência será o “IVA padrão”, enquanto a de equilíbrio, mais reduzida, vai atender aos setores mais resistentes à reforma, como saúde, educação, transporte e agronegócio. Já a alíquota zero, destinada aos setores que hoje são isentos, servirá para manter a “não cumulatividade plena” do IVA, com manutenção do creditamento na cadeia.

Em entrevista ao Estadão/Broadcast, o deputado prevê que o tratamento diferenciado para os setores mais resistentes deve constar já na previsão constitucional, para que, posteriormente, alíquotas e eventuais outras mudanças sejam tratadas em lei complementar.

A posição do coordenador diverge da avaliação do secretário extraordinário para a reforma tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy – que afirmou ao Estadão/Broadcast que não faz sentido setores terem alíquota diferenciada na reforma.

A seguir, os principais trechos da entrevista com o deputado Reginaldo Lopes.

Há muitas reclamações de diferentes setores que alegam perder com a reforma tributária. O sr. já falou sobre uma alíquota de equilíbrio para mitigar isso. Já há um valor no radar?

Eu pedi que a secretaria extraordinária de reforma tributária (do Ministério da Fazenda) pudesse fazer alguns estudos. Só a partir dos estudos que, de fato, nós vamos poder chegar a uma alíquota – tanto alíquota de referência quanto de equilíbrio. Às vezes, o setor fala que paga a alíquota ‘tal’, mas esquece de analisar sob a ótica do IVA, ou seja, eles pagam um pouco mais porque eles não estão creditando vários (itens)... na educação pode creditar aluguéis, IPTU, softwares, material didático, etc. Esse é o estudo para a gente encontrar (a alíquota) para esses setores que a gente tem debatido que terão um tratamento diferenciado, como saúde, educação, algum setor da agroindústria, transporte coletivo e de carga. Eu defendo que a gente deveria tentar buscar o que eu chamo de “alíquota de equilíbrio”, que na verdade é uma alíquota reduzida.

Hoje esses setores são as pontas mais resistentes?

Educação, saúde, setores de serviços, agro, transportes são setores que terão tratamento diferenciado. Eles querem debater como se dará na prática esse tratamento. Acho que eles têm expectativa de que a proposta fale quais são esses setores para depois tratar na lei complementar.

O sr. também fala de alíquota zero, certo?

Como a gente quer que o IVA tenha não cumulatividade plena, nós trabalhamos com a lógica de mudar a interpretação da isenção pela alíquota zero, porque a alíquota zero continua no creditamento. Você não quebra a lógica do IVA. Então essa talvez seja a primeira grande mudança, da isenção para alíquota zero. Você tem setores que têm imunidade. Hoje se trata como isenção. Mas se for isenta não gera crédito, não continua creditando na cadeia. Quando chegar em um setor que tem essa imunidade, como vai continuar o processo do IVA? Porque o IVA vai creditando as cadeias anteriores. Para que isso não seja rompido, para que não tenha um obstáculo para seguir creditando, você faz alíquota zero, credita zero e continua a cadeia.

Então, vocês trabalham com três alíquotas?



É, parte-se do pressuposto de que sim. Porque tem a zero, a de equilíbrio e a de referência. A alíquota de referência será calculada nos dois primeiros anos no teste. Ainda não está definido como se dará esse processo. Mas vamos supor que todos os estudos apontaram anteriormente numa alíquota de 25%, mas não é definido, vai depender do cálculo. E se, de fato, a gente conseguir um sistema de incidência ampla de base tributada, você pode até reduzir esta alíquota – que hoje é uma alíquota imaginária de 25%.

E a alíquota diferenciada atenderia todos os setores resistentes? O agro ainda tem a questão dos pequenos produtores, que muitas vezes estão na informalidade e sem acesso aos créditos.

O governo está estudando algum programa para que esses produtores possam creditar e receber de volta esse imposto que ele paga. Tratamento diferenciado tem várias formas, você tem por alíquota e você tem por devolução do dinheiro pago, pelo cashback ou outros benefícios. Mas, de fato, eu acho que o tratamento diferenciado, se a gente conseguir construir uma alíquota de equilíbrio, eu defenderia os dois caminhos: alíquota de equilíbrio mais o cashback.

E ainda tem no radar a implementação do cashback.

Qualquer alíquota fora de referência tem impacto no todo, por causa do princípio da neutralidade da carga tributária – e, ao mesmo tempo, manter o nível de arrecadação. Se você trabalha com alíquota de equilíbrio, você consegue dar progressividade à reforma tributária do ponto de vista do consumo. A alíquota de equilíbrio também permite a implementação do cashback. Porque se você reduzir muito, o cashback passa também a exigir um nível de investimento, que vai ter impacto na alíquota de referência. E o cashback é um instrumento muito importante, porque permite àqueles que ganham menos receber o dinheiro de volta, mesmo com uma alíquota de equilíbrio.

Alguns criticam o cashback porque muitas pessoas ganham pouco, mas não estão necessariamente em um programa social...

Essas pessoas que recebem pouco e não estão no Bolsa Família geralmente estão no CadÚnico. Mas você pode fazer um novo cadastro, depende do critério que nós vamos utilizar para fazer a população que é elegível para esse programa.

E não há risco de fraude?

Nenhum. Vários países – Uruguai, Bolívia, Canadá, Equador – têm lá... Eu acho que, com a tecnologia, com o avanço, com o CadÚnico que nós temos, o CPF, um banco de dados que nós temos com a biometria de sistema eleitoral, é possível fazer esses cruzamentos todos. E eu defendo o cashback como devolução mesmo, porque isso dá ao cidadão cidadania fiscal, cidadania financeira, cidadania plena.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 05/05/2023

GALEÃO: PLEITO DA CHANGI DE REDUZIR À METADE OUTORGA É LEGALMENTE IMPOSSÍVEL, DIZ MÁRCIO FRANÇA

Ministro dos Portos e Aeroportos afirmou nesta sexta-feira, 5, que é improvável um acordo entre a União e a concessionária

Por Gabriel Vasconcelos

RIO - O ministro dos Portos e Aeroportos, Marcio França (PSB), afirmou nesta sexta-feira, 5, que é improvável um acordo entre a União e a concessionária Changi para a manutenção da concessão do aeroporto internacional do Galeão, no Rio. Isso porque a concessionária pleiteia redução no valor de outorga, o que seria "legalmente impossível".

O Galeão sofre com uma redução drástica do número de passageiros nos últimos anos, o que teria inviabilizado o negócio da empresa de Singapura. Os principais fatores dessa mingua foram a pandemia de covid-19 e, em paralelo, o crescimento do número de voos no aeroporto doméstico Santos Dumont, o que tem drenado passageiros do Galeão.

Em visita ao Porto do Rio nesta sexta, França disse que os representantes da empresa pediram prazo de uma semana para tratar do assunto com o board da empresa em Singapura, a fim de dar uma resposta definitiva na próxima semana.



Ministro dos Portos e Aeroportos afirmou nesta sexta-feira, 5, que é improvável um acordo entre a União e a concessionária Foto: Alex Silva/Estadão

No início do ano passado, a empresa chegou a anunciar que devolveria a concessão, mas voltou atrás após tratativas e um arranjo para voltar atrás com o governo Lula. Agora, segundo França, surgiu um novo problema: a insistência da empresa na redução do valor de outorga. A Changi quer reduzir à metade o valor da outorga fixada em R\$ 1,3 bilhão por ano até 2039. Para França, isso é “juridicamente inviável e legalmente

impossível”.

“Eles querem uma redução bem grande no valor que têm de pagar. Mas o poder público não é como um comerciante, não pode dar descontos. E se eu reduzo a outorga de algum (aeroporto), tem que reduzir de todos. E o segundo colocado (da licitação) pode questionar, dizer que poderia ter vencido se soubesse da redução de outorga”, disse.

O ministro afirmou que todas as propostas feitas pelo poder público, como limitações ao Santos Dumont e redirecionamento das cargas dos Correios para o Galeão, não têm sido encaradas como suficiente. “Tudo que ficar a cargo do governo para ajudá-los, queremos ajudar, mas eles sempre dizem que tudo é muito pequeno perto do tamanho do problema financeiro.”

“A Changi foi bem clara, pode tirar todos os passageiros do Santos Dumont, Que não é isso que vai resolver a nossa situação. Eu (Changi) preciso que vocês reduzam, pelo menos pela metade, o que tem de ser pago, R\$ 1,3 bilhão ao ano”, completou o ministro. Segundo ele, um desconto casuístico forçaria a revisão de todas as outorgas de aeroportos pelo Brasil, espécie de efeito dominó.

Relicitação

Caso a Changi opte por devolver a concessão do Galeão, França informou que será organizada uma relicitação, que deve levar dois anos para sair. Até lá, disse, haveria uma intervenção direta do governo na unidade via Infraero.

No caso de uma relicitação, a Changi só poderia participar caso o formato fosse modificado, por exemplo, aumentando os ativos em oferta.

Para o ministro, no entanto, a empresa não parece animada a entrar em um novo páreo. “Se eles deixarem o maior aeroporto do País em termos de tamanho, é porque perderam o interesse nesse tema (aeroportos)”, disse ao lembrar que a empresa tem como negócio principal no mundo a gestão de portos.

Em nota, o RIOgaleão, que gere a concessão, informou que devolveu a concessão no início de 2022 e que, meses depois, em novembro, assinou “com ressalvas” um aditivo que permite a relicitação do ativo. Mas, em janeiro, iniciou um diálogo com o novo governo para “identificar os melhores caminhos” para o aeroporto. Sem rebater as afirmações de França, a empresa reafirmou o compromisso de “excelência operacional e de segurança na operação, além do desenvolvimento comercial do equipamento”.

Santos Dumont

Segundo França, seguem na mesa medidas para limitar gradualmente o número de passageiros no Santos Dumont, dos atuais 10,5 milhões para 9,5 milhões e, em seguida, 8,5 milhões.

Mas isso viria por meio de um pacote negociado com governo estadual e prefeitura do Rio, com medidas que dizem sobre horário de funcionamento, regras ambientais e de poluição sonora. A possibilidade de simplesmente restringir as rotas de um aeroporto, disse ele, não existe na legislação brasileira.

Para além disso, o governo federal também trabalha para levar mais cargas do Correio para o Galeão a fim de aumentar as receitas do aeroporto. Isso, disse França, já foi conversado com o presidente dos Correios e está “avançado”.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 05/05/2023

ENERGIA SOLAR CRESCE COMO ALTERNATIVA À ELÉTRICA EM EMPRESAS

Empresários apontam uso de energia limpa para baratear os custos; pesquisador vê grande crescimento, mas em fase inicial e com base pequena

Por Beatriz Bergamin A. Capirazi

Por muitos anos, a energia solar foi vista como um luxo para pessoas com alto poder aquisitivo que prezavam pela proteção ao meio ambiente e por uma casa sustentável, considerando o alto custo para instalação de painéis solares, por exemplo. Hoje, a energia limpa, essencial para diversas pautas de ESG atreladas ao meio ambiente, é uma alternativa viável a energia elétrica, principalmente para os empresários, segundo especialistas ouvidos pelo Estadão.

“A energia solar tem crescido rapidamente no Brasil, mas o seu uso ainda é relativamente pequeno se comparado com outros países. A gente está em um momento de grande crescimento, mas ainda relativamente inicial e com uma base pequena”, afirma Roberto Brandão, pesquisador sênior do grupo de estudos do setor elétrico (Gesel) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Brandão explica que o crescimento no Brasil foi vertiginoso impulsionado por subsídios governamentais para estimular o uso de energia solar. No entanto, ele destaca que esses subsídios têm prazo determinado. Por isso, para ele, embora o crescimento seja considerável, ele ainda é restrito para uma população com alto poder aquisitivo. Porém, o pesquisador enxerga que entre os empresários, de fato, houve um crescimento na procura nos últimos anos.

“As contas de luz e de água são as que mais pesam, mas a primeira é a mais cara com o uso de chapa, fritadeira e tudo mais na eletricidade”, afirma Fabiano Barreto, empresário dono do Atlântico Beach Lounge, localizado na orla de Copacabana, no Rio de Janeiro, que aderiu a energia solar recentemente para baratear os custos do seu bar.

Barreto é um dos participantes do projeto ‘Solis’, parceria entre a Orla Rio, responsável pela operação e manutenção dos quiosques da orla do Rio de Janeiro (RJ), e a Nextron, que tem como propósito democratizar o acesso à energia sustentável para os operadores desses estabelecimentos em toda a orla carioca.

Atualmente, 50 dos 309 quiosques administrados pela Orla Rio já estão usando energia renovável através da geração distribuída (GD). Segundo Ivo O. Pitanguy, CEO e fundador da Nextron, a expectativa é que até julho mais de 60% dos quiosques, localizados entre as praias do Leme e Pontal, façam a adesão.



Atlântico Beach Lounge, localizado na orla de Copacabana, no Rio de Janeiro. Foto: Maurício Pereira/Orla Rio

Pitanguy destaca que a ideia da parceria com foco nos quiosques surgiu da necessidade dos próprios empreendedores, que reclamavam do valor alto das

contas de luz, que gira em torno de 4 mil reais por mês, segundo a Nextron. “Antigamente a região era formada por quiosques mesmo. Hoje se desenvolveram para restaurantes. Tem alguns que são [estabelecimentos] de 300 metros quadrados com cozinha industrial no subsolo”.

Além disso, a região não tem acesso a gás. Com isso, todos os itens que compõem esses restaurantes são à base de eletricidade, desde o fogão até a geladeira, encarecendo a conta de luz. A solução poderia ser a instalação dos famosos painéis solares, mas para a região o uso seria difícil.

“Nesses estabelecimentos não tem disponibilidade de telhado para colocar placa solar, além deles não terem o capital para investir em uma usina. Com a parceria, conseguimos entregar energia solar por assinatura, ajudando eles a economizar sem eles terem de fazer investimentos em estrutura”, afirma Pitanguy, destacando que desta forma a implementação de energia renovável se torna mais barata e consequentemente mais acessível.



Roberto Hashioka e Ivo O. Pitanguy, fundadores da Nextron. Foto: Ricardo D'Angelo/Nextron

Para viabilizar o projeto, a Nextron usa as suas fazendas solares, que estão construídas em áreas rurais do Rio de Janeiro, onde a terra é plana e há muito sol, facilitando a geração de energia limpa em grande escala. Posteriormente, a empresa entrega energia solar para os “quiosqueiros” através de um software, permitindo que eles façam a adesão ao programa através de um aplicativo de celular.

Em parceria com usinas solares, que atuam em um modelo de geração compartilhada, a Nextron conecta os quiosques que tem interesse em migrar para a “economia verde”. Assim, há uma portabilidade da conta de energia, com o empresário passando a pagar a fatura diretamente para a empresa. Por não ser necessária a instalação dos painéis solares em todos os quiosques, a Nextron conectou uma usina solar localizada em Vassouras (RJ) para atender a demanda projetada pela Orla Rio para os quiosques.

“Tem sido bem bacana porque a gente consegue um desconto de quase 10% na fatura. Com a operadora de energia normal, eu pagava R\$4.000. Com a Nextron, eu pago em torno de R\$3.722”, afirma, explicando que o desconto costuma ser de R\$360 no mês, com previsão de desconto de R\$4.320 no ano. Para ele, essa economia significa mais investimento no desenvolvimento do seu negócio.

Usina solar da Nextron localizada em Vassouras, no Rio de Janeiro. Foto: Rodrigo Santos/Nextron



Para a o presidente da Orla Rio, João Marcello Bareto, a expectativa é que até o final do ano haja uma adesão de 100% dos quiosques administrados pela empresa. “A maioria está muito animada para fazer parte do projeto. Alguns estão aguardando para entender o funcionamento do processo, outros estão analisando os descontos que os quiosques que já aderiram tiveram, mas acreditamos e queremos muito que todos façam parte do Projeto Solis”.

Energia sustentável como ferramenta de ESG

Com a parceria, haverá benefícios não só para o bolso dos empreendedores, mas principalmente para o meio ambiente. A expectativa é de que 6 milhões de CO2 deixem de ser emitidos mensalmente após a adesão dos 309 quiosques, o equivalente a 3.542.329 árvores que serão salvas e 2.772.257,18 litros de combustíveis evitados, segundo projeções da Nextron.

Para Ronaldo Koloszuk, presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar) e diretor-secretário na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a parceria entre a Nextron e a Orla Rio demonstra que a adesão das empresas à chamada economia verde já é uma tendência.

“A gente discute muito [na Fiesp] que quem não se adequar vai ter dificuldade de reter ou de atrair os melhores talentos. As pessoas não vão querer trabalhar em empresas que não tenham boas práticas de ESG. Com elas, você consegue agradar e ainda criar empatia com os consumidores”, afirma.

Para ele, no entanto, a procura por energia sustentável especificamente tem como objetivo entrar na pauta ESG de uma maneira fácil e rápida. “É possível fazer a instalação de energia solar em um ou dois dias”, diz, explicando que uma economia verde e de baixo carbono “veio para ficar” e que o Brasil tem vocação para ser líder nessa transição energética.

O presidente da Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD), Guilherme Chrispim, é da mesma opinião, afirmando que o grande trunfo do projeto é o uso da GD. “A geração distribuída tem uma contribuição direta com o ESG. Ela dá a possibilidade de um número grande de pequenas usinas de geração distribuir energia em quase todos os municípios do Brasil. É menos de 0,5 dos municípios do Brasil que não tem GD hoje”.

Energia solar é acessível?

“Há dois anos só colocava painéis solares quem tinha muito dinheiro. Depois, passou a ser um desejo de reduzir custos. Quem tinha informação e fazia conta, passava a colocar. O painel foi ficando mais barato e indo para a classe média”, afirma Koloszuk.

Para ele, nos próximos anos deve haver uma expansão cada vez maior, principalmente com o barateamento da energia sustentável. Somente em 2022, a energia solar, considerada por muitos especialistas como a ‘porta de entrada’ para o ESG, registrou expansão de mais de 60% na sua capacidade instalada, segundo dados divulgados pela Absolar.

Para Koloszuk, a energia solar se barateou nos últimos dois anos e é uma alternativa viável a energia elétrica, principalmente para os empresários. “O segundo maior custo de uma empresa pequena é com energia, perdendo somente para a folha de pagamento”, diz, se referindo a uma pesquisa do Sebrae que aponta a energia elétrica que chega a representar 20% das despesas de uma empresa.

O presidente da Absolar defende que o painel solar, uma das formas mais conhecidas pelo grande público de ter acesso a energia limpa, foi um dos produtos que mais se barateou nos últimos anos. Para ele, no entanto, é preciso reforçar que existem outras formas de ter acesso, como no próprio serviço por assinatura da Nextron ou outros meios que não dependem da compra inicial custosa que os painéis ainda exigem.



“O painel é apenas uma das formas. Uma outra forma é a de financiamento. Hoje em dia existem mais de 100 linhas de financiamento para implementação de energia solar. Outra forma é comprar essa energia solar de alguém que já produz. As empresas costumam dar um desconto de 10% a 15% se comparado com o valor pago nas contas tradicionais de luz”, diz Koloszuk.

Ronaldo Koloszuk, presidente do conselho de administração da Absolar. Foto: Karim Kahn/Fiesp

Ele ainda destaca que a popularização depende de um posicionamento mais efetivo das instituições públicas. “Governos precisam estar presentes para acelerar a transição energética. Eles podem implementar para reduzir as suas próprias contas de luz,



deixando de gastar com energia elétrica e podendo gastar com educação, segurança e outras áreas que atendem a população”, afirma.

Na última terça-feira, 2, o assunto foi debatido por especialistas na comissão mista da Medida Provisória (MP) 1162/23, reforçando a importância da implementação do uso de painéis solares nas construções do Minha Casa, Minha Vida. Koloszuk destaca que a energia pode, inclusive, ser uma forma de levar energia limpa para regiões isoladas, como Roraima e Amazonas, que, segundo ele, costumam queimar óleo diesel para conseguir eletricidade.

“Quando você vai implementar uma nova política, normalmente isso acarreta em custos. No caso da energia solar, você está implementando uma política de redução de custos. É a porta de entrada para uma economia verde”, diz Koloszuk.

Para o pesquisador da UFRJ, Roberto Brandão, no entanto, embora tenha havido uma ampliação, o uso da energia solar não pode ser considerado democrático ainda. “Esse tipo de sistema tende a ser adotado por quem tem dinheiro para fazer o investimento. Embora ele se pague e seja um bom negócio para o empresário, é para um consumidor que tenha capacidade financeira para instalar ou para participar de uma geração remota em que você é investidor de uma planta que gera créditos para a sua empresa ou para a sua residência”.

O pesquisador ainda destaca que outros países usam da geração comunitária para ampliar o uso de energia solar para a população em geral, especialmente para os que tem baixo poder aquisitivo. “No Brasil, temos experiências nessa área, mas é uma coisa que não massificou ainda. Falando em residências, as pessoas que adotaram são as que tem capacidade de investir e se beneficiar do subsídio implícito”.

Para ele, se o Brasil continuar nesse ritmo e o governo implementar medidas que beneficiem a população mais carente, daqui alguns anos a energia solar deve ser acessível para todos, mas, para ele, a energia solar no Brasil ainda é um projeto em estágio inicial.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 05/05/2023



VALOR ECONÔMICO (SP)

AÇÚCAR PUXA PRIMEIRA ALTA DOS PREÇOS GLOBAIS DE ALIMENTOS EM UM ANO

Indicador da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação aumentou em abril
Por Fernanda Pressinott — São Paulo

Em abril, os preços dos alimentos voltaram a subir no mundo após um ano de quedas, segundo acompanhamento da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). O principal responsável pelo aumento foi o açúcar, que atingiu no mês passado seu maior valor desde 2011.

O índice da FAO, que acompanha uma cesta de alimentos básicos, ficou em 127,2 pontos em abril, alta de 0,6% em relação a março. O indicador, porém, está 31,2 pontos percentuais (19,7%) abaixo do seu nível em abril de 2022, quando os preços dispararam para níveis recordes após a invasão da Ucrânia pela Rússia.

O índice de preços do açúcar atingiu 149,4 pontos, alta de 17,6% em relação a março, após informações de safras ruins na Índia, Tailândia e Europa. O início lento da safra no Brasil também sustentou as cotações, informou a FAO, em relatório.

Os preços das proteínas também subiram em abril, 1,3%, para 114,5 pontos. A maior demanda asiática por carne suína e os problemas de produção de aves foram os culpados, disse a FAO.

Todas as outras categorias de produtos continuaram em queda. O índice de preços dos cereais 1,7%, para 136,1 pontos. As altas exportações de trigo russo e australiano pressionaram os preços, disse o órgão da ONU, enquanto as fortes colheitas em partes da América do Sul empurraram os preços do milho para baixo em 3,2%.

“Dito isso, há preocupações com o arroz na Ásia, onde os preços subiram em abril. O aumento dos preços do arroz é extremamente preocupante e é essencial que a iniciativa do Mar Negro seja renovada para evitar outros picos de trigo e milho”, disse a FAO.

Os valores médios dos óleos vegetais recuaram 1,3% em abril – seu quinto mês consecutivo de queda, para 130 pontos. Enquanto isso, os preços dos laticínios caíram 1,7%, para 124,6 pontos.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 05/05/2023

AGU ENTRA NO STF CONTRA TRECHOS DA PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS E NEGA INTENÇÃO DE REESTATIZAR

Principal ponto questionado é em relação ao mecanismo que permite à União votar apenas com 10% das ações, apesar de o governo federal deter cerca de 43% do poder acionário da companhia

Por Guilherme Pimenta, Valor — Brasília



Sede da Eletrobras no Rio de Janeiro — Foto: Reprodução

A Advocacia-Geral da União (AGU) ingressou no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) que questiona trechos da privatização da Eletrobras, feita ainda no governo Jair Bolsonaro. Mais cedo, o Valor antecipou que a medida seria tomada na noite desta sexta-feira.

Segundo a ação, que é assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o principal ponto questionado é em relação ao mecanismo que permite à União votar apenas com 10% das ações, apesar de o governo federal deter cerca de 43% do poder acionário da companhia. Na ADI, o governo pede suspensão, em caráter liminar, de dispositivos da privatização, com efeitos retroativos até o julgamento final do processo pelo STF.

Hoje, o governo tem sido vencido e ficado isolado em assembleias de acionista da empresa por conta dessa limitação de voto. Isso impediria, por exemplo, que o presidente Lula fizesse alterações na direção da empresa — uma fonte da Eletrobras explicou que o governo precisa, antes, alterar o conselho de administração (CA) da companhia, para o órgão, então, alterar a diretoria — hoje, não há nenhum representante da União no CA da Eletrobras.

"A regra limitadora do direito de voto, quando analisada em conjunto com outras características do processo de desestatização da Eletrobras, gera ônus desproporcional à União e grave lesão ao interesse público, em clara violação ao direito de propriedade do ente federativo", aponta a AGU em nota. O governo nega que o objetivo seja reestatizar a Eletrobras e argumenta que a intenção é apenas "resguardar o patrimônio e o interesse público".

O governo defende que a limitação do número de votos de cada acionista só pode ser aprovada em assembleia geral de acionistas depois que o capital ordinário dessa companhia já se encontra pulverizado, ao contrário do que ocorreu na Eletrobras.

Em uma eventual decisão favorável à União, a AGU sustenta que a empresa "continuará a desenvolver suas atividades de maneira normal". "Há o interesse de todos os sócios, sejam eles públicos ou privados, no sentido de que a companhia tenha bons resultados, gere lucros e cumpra sua finalidade social de empresa indispensável para a atividade econômica nacional", assinalou o órgão jurídico do governo.

"Na perspectiva do interesse público, a AGU entende ser legítima interpretação que possibilite que a União possa exercer plenamente seus direitos políticos na sociedade de forma proporcional ao capital público investido e à sua responsabilidade na gestão da estrutura básica do sistema elétrico brasileiro. Vale destacar que, devido à relevância da empresa para o país, qualquer crise que a afete não pode deixar de ser resolvida senão no sentido da plena preservação de suas atividades", sustentou.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 05/05/2023

CONTRARIANDO MINISTRO, ANAC ACEITA PRECATÓRIO EM PAGAMENTO DE CONCESSÃO

Esse é o primeiro caso em que a agência aceita a utilização de precatórios na concessão de aeroportos

Por Folhapress — Brasília



Aeroporto Internacional de Belém — Foto: Reprodução

Contrariando orientação do ministro de Porto e Aeroportos, Márcio França (PSB-SP), a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aceitou R\$ 18 milhões em precatórios como parte do pagamento de R\$ 125 milhões em outorgas do consórcio Novo Norte, que arremataram os aeroportos de Belém (PA) e Macapá (AP) no ano passado. Com a decisão, o contrato de concessão entrou em vigor nesta sexta-feira (5).

Precatórios são títulos de dívida da União com sentenças judiciais definitivas.

Esse é o primeiro caso em que a agência aceita a utilização de precatórios na concessão de aeroportos, e o primeiro no setor de infraestrutura em que há a concordância do governo, sem a necessidade de qualquer intervenção da Justiça.

Até então, as concessionárias só haviam conseguido utilizar por meio da obtenção de liminares judiciais, como a Rumo no setor de ferrovias.

A concessionária Aena, que venceu o bloco liderado por Congonhas, em São Paulo, ainda aguarda decisão da Anac sobre os precatórios apresentados.

Apesar de o uso do precatório para o pagamento de outorgas estar assegurado na Constituição Federal, em março, a AGU (Advocacia-Geral da União) revogou a portaria que regulamentava o procedimento para uso desses papéis — que ficaram suspensos.

A decisão da Anac mostra que há divergências no governo sobre o assunto.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 05/05/2023

RUMO: FRETE PASSA POR MOMENTO DE VALORIZAÇÃO, MAS PRECIFICAÇÃO FUTURA AINDA É POUCO PREVISÍVEL

Diretor financeiro comentou que a empresa se preocupa em negociar com os clientes com antecedência, para potencializar a capacidade do Porto de Santos. Porém, ainda seria “prematureo falar sobre a precificação para outros períodos”

Por Ana Beatriz Bartolo, Valor — São Paulo

O serviço de logística está passando por um momento de “valorização adequada” nos preços, considera o diretor financeiro da Rumo, Rafael Bergman. Ainda assim, o executivo observou que “não se pode dizer que o frete atual queira indicar o que vai acontecer ao longo do ano”.

Durante teleconferência sobre os resultados trimestrais realizada hoje (05), Bergman afirmou que os preços praticados pela companhia no primeiro trimestre refletem as negociações realizadas no final de 2022 e que ele observa a materialização das perspectivas positivas que foram adotadas na época.

Bergman comentou que a empresa se preocupa em negociar com os clientes com antecedência, para potencializar a capacidade do Porto de Santos. Porém, ainda seria “prematureo falar sobre a precificação para outros períodos”.

“Olhar o spread no mês a mês não é melhor forma de observar como será a precificação nos próximos seis meses”, afirma Bergman. Além das negociações com os clientes, a precificação também precisa levar em conta as perspectivas de demanda e oferta de frete, o que é observado quando o cenário futuro se torna mais concreto.

“O objetivo é conseguir uma rentabilidade justa para viabilizar o plano de investimento, e não necessariamente alcançar sempre o pico do preço de frete”, disse Gustavo Marder da Rosa, diretor de relação com investidores da Rumo, em complemento às explicações de Bergman sobre a formulação de preços da empresa.



Trem da Rumo, empresa de logística da Cosan — Foto: Reprodução

Projeção para 2023

Mesmo com os volumes mais fracos apresentados no primeiro trimestre, o desempenho de abril deu à Rumo “confiança para a capacidade de volume transportado”, disse Bergman, que reafirmou a expectativa de alcançar as projeções para 2023.

“Agora temos oportunidade de recuperar os volumes que deixamos de registrar no começo do ano”, disse Bergman. Os primeiros meses dos anos foram afetados, principalmente, pelas ocorrências criminais na região portuária de Santos.

A Rumo acredita que com redução do vandalismo nos portos, junto com o mix de produtos que devem ser transportados nos próximos trimestres, a produção da companhia deve ser alcançada.

A melhora na segurança portuária também deve reduzir os roubos de cargas e como consequência, ter um impacto menor nos valores reservados no balanço para indenizações de clientes.

Fonte: Valor Econômico - SP

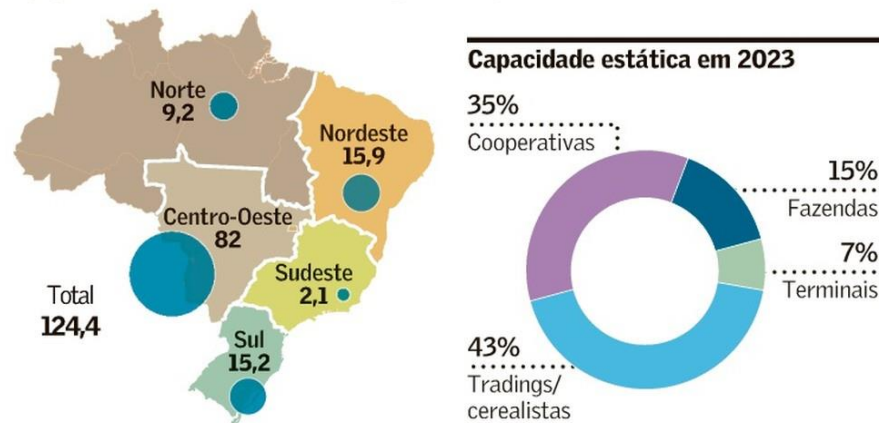
Data: 05/05/2023

SEM ARMAZÉM, PRODUTOR DE GRÃOS ‘PERDE’ R\$ 30 BI

Estimativa para 2022/23 considera queda de prêmios de exportação, volume de embarques e taxa de câmbio previstos para a temporada
Por *Fernanda Pressinott — De São Paulo*

Aperto no armazém

Projeção de déficit de armazenagem no país - em milhões de toneladas



Fonte: Cogo Inteligência em Agronegócio

O Brasil deixará de ganhar R\$ 30,5 bilhões na safra 2022/23 por causa da deficiência na armazenagem de grãos. O cálculo, elaborado Carlos Cogo, da Consultoria Cogo Inteligência em Agronegócio, a pedido da Kepler Weber, e leva em consideração o volume previsto para embarques de soja e milho na temporada, o que se perde em prêmios negativos estimados para o ano e a taxa de câmbio esperada. Por commodity, a estimativa é de R\$ 19 bilhões para a soja e R\$ 11,5 bilhões para o milho.

Essas perdas financeiras levam em conta principalmente os prêmios negativos previstos para soja até agosto e, no caso do milho, entre maio, junho e julho. “O mercado sabe que os problemas de armazenagem vão se perpetuar e até piorar e isso se reflete no prêmio”, informa Cogo. “Com a safra recorde de soja, seguida por uma perspectiva também recorde para o milho, a tempestade perfeita e a formação de prêmios negativa pode ser vista até em março de 2023.”

Por exemplo, em abril, o prêmio da soja ficou negativo pela primeira vez desde 2004, com média de US\$ 1,90 por bushel. No porto, isso significa, que o prêmio está negativo em US\$ 69,8 por tonelada. Ao levar em consideração o câmbio de R\$ 5,04, as perdas chegam a US\$ 349,77 por tonelada e a R\$ 6,5 milhões se considerada a exportação de 14,3 milhões de toneladas.

Déficit no sistema

Estima-se que, atualmente, o déficit de armazenagem no Brasil seja de 124,4 milhões de toneladas. O problema se concentra bastante no Centro-Oeste, onde o déficit chega a 82 milhões. Se considerada a plena capacidade de produção da indústria de silos e sistemas de pós-venda, de 10 milhões de toneladas, seriam precisos 25 anos para empatar a conta. “Ocorre que a safra cresce a taxa de mais de 5 % ao ano e a capacidade estática de armazenagem do país, 2,5%. É enxugar gelo”, afirma Cogo.

Em 2022, dados da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) mostram que o setor trabalhou com 80,6% da capacidade e produziu equipamentos para 5,3 milhões de toneladas de grãos.

A Kepler Weber tem solicitações de orçamento que superam em 10% o volume do começo do ano passado, mas as vendas concretizadas estão menores. Para Paulo Geraldo Polezi, diretor financeiro da empresa, e Cogo, as altas taxas de juros são o principal problema. “Veja que a linha do BNDES para



exportadores recém lançada, durou um dia [como noticiado pelo Valor]. Isto é, ao juro de 7,5%, não precisa de subsídio e o setor investe para resolver o problema”, comenta o analista.

Polezi defende também que é preciso uma política governamental de estoques, não para regular preços, mas para incentivar que o setor privado tenha recursos para investir. “A colheita ultrapassará 400 milhões de toneladas em quatro ou cinco anos e as perdas financeiras vão só aumentar.”

No Brasil, 7% da capacidade estática de armazenagem está nas fazendas e 15% nos portos, justamente os dois principais pontos de pressão para formação de preço da soja e do milho. Nos EUA, como comparação, 65% dos armazéns estão nas fazendas.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 05/05/2023



AGÊNCIA BRASIL - DF

TRANSPETRO PREPARA ESTUDO PARA VOLTAR A CONSTRUIR NAVIOS NO BRASIL

Grupo de trabalho vai definir custos e demandas em até 60 dias

Por Rafael Cardoso - Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro

O presidente da Transpetro, Sérgio Bacci, anunciou nesta quinta-feira (4) que a prioridade da nova gestão é voltar a construir navios no Brasil. A subsidiária da Petrobras atualmente tem 26 navios e contrata os serviços de outros dez de origem estrangeira. A empresa criou um grupo de trabalho interno para fazer um levantamento em até 60 dias sobre as demandas do setor, a situação dos estaleiros e os custos envolvidos nas operações. Além disso, há tratativas com órgãos do governo federal para a construção de navios entrar no rol de prioridades de investimentos, por entender que há um potencial grande de geração de empregos.

Bacci garantiu que o esforço vai ser acompanhado de uma preocupação com a probidade financeira e administrativa, a partir da criação de mecanismos para evitar desvios e operações ilícitas.

“Nós vamos construir navios, mas não será a qualquer preço e a qualquer prazo. Precisamos de parâmetros para não ter problemas”, afirmou o presidente. “Na terça-feira, eu fui até Brasília visitar a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU) para que eles acompanhem desde o momento zero esse projeto de construção de navios. Eu quero acompanhamento de perto dos órgãos de controle. E as duas instituições se colocaram à disposição para fazer esse trabalho”.

Em termos financeiros, a Transpetro informou que é superavitária e não tem problemas de caixa. Dentre as fontes disponíveis de recursos está o Fundo da Marinha Mercante, constituído em 1958 para financiar a indústria naval. Mas a companhia também está se juntando à Petrobras e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na Comissão Mista que vai discutir outras possibilidades de investimentos.

Bacci reforçou que as discussões sobre a privatização da companhia são uma página virada. O foco agora é na retomada dos concursos públicos, na ampliação de clientes, no aumento da capacidade de operação e dos serviços oferecidos pela empresa.

“Para a indústria naval ser efetiva, ela precisa ser perene, ter demanda de longo prazo. E infelizmente, aqui no Brasil, você vive de altos e baixos. Tem dez anos de construção naval forte, depois passa outros dez anos sem encomendas. Precisamos construir o projeto pensando no país, não no governo. Tem que ser um projeto de Estado. Independentemente de quem esteja na gestão, o projeto precisa sempre continuar”.

Para acelerar as construções, um dos caminhos é estimular estaleiros atualmente parados a retomarem os trabalhos. Nesse sentido, a Transpetro também disse ter avançado em conversas com o TCU e a CGU.

“O estaleiro faz parte de um grupo econômico, que fez acordo de leniência, ou seja, o problema está pago. Se fez o acordo, não tem porque não ser contratado. Isso é uma das coisas que conversei com a CGU e ela concorda. Então, a gente tem esse tipo de estaleiro que é uma solução rápida. Há os que não fizeram acordo de leniência, mas a CGU está aberta a conversar. A gente precisa superar essa fase. Se não, nunca mais vamos contratar no Brasil? Vamos continuar contratando tudo na China? É isso que a gente quer para o país? Precisamos andar para frente”.

Edição: Carolina Pimentel

Fonte: Agência Brasil - DF

Data: 05/05/2023

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

TECNOLOGIAS VERDES TERÃO PRIORIDADE NAS NOVAS CONTRATAÇÕES PARA FROTA NACIONAL DE PETROLEIROS

Por Danilo Oliveira *NAVEGAÇÃO* 05/05/2023 - 11:21



Arquivo/Divulgação

Tema faz parte das discussões do grupo de trabalho que avalia condições para que a Transpetro volte a encomendar embarcações em estaleiros locais

O grupo de trabalho da Transpetro que estuda a demanda e as condições para construção de navios no Brasil também prevê que os futuros projetos de contratação incluam no escopo tecnologias verdes de navegação. O presidente da empresa, Sérgio Bacci, disse, na última quinta-feira (4), que as mudanças na indústria marítima mundial estão ocorrendo rapidamente e que o GT criado pela nova diretoria buscará soluções sustentáveis para a ampliação de sua frota.

Bacci ressaltou que a empresa já adotou uma série de intervenções na frota para reduzir emissões, como pintura que reduz atritos com o mar, além de equipamentos específicos e da análise criteriosa por meio de sistemas para que a rota do navio reduza o consumo de combustível.

Ele explicou que somente as modificações já feitas em grande parte dos 26 navios próprios da frota, a Transpetro economizou o equivalente às emissões de dois navios pelo período de ano — como se, neste período, duas embarcações operassem com nível zero de emissões de poluentes.

"Temos um caminho longo para perseguir para que tenhamos efetivamente uma frota verde na Transpetro e que possamos ser exemplo para outras operadoras no Brasil", disse durante coletiva de imprensa, na sede da empresa, no Rio de Janeiro (RJ).

Bacci enfatizou que o meio ambiente também está na pauta do novo governo e da Petrobras, controladora da Transpetro. “O mundo está preocupado com a redução de emissões de gás de efeito estufa e devemos incorporar essa questão. Por isso, o projeto de contratação dos futuros navios prevê que eles terão tecnologias verdes de navegação”, afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 05/05/2023

TRANSPETRO ESTUDARÁ NOS PRÓXIMOS 60 DIAS DEMANDA PARA CONSTRUÇÃO DE NAVIOS

Por Danilo Oliveira INDÚSTRIA NAVAL 04/05/2023 - 19:31

Arquivo/Divulgação



Sérgio Bacci ressaltou que subsidiária seguirá orientações da Petrobras, que mantém conversas sobre entrada de projetos de construção de embarcações no hall de prioridades do governo federal que o presidente Lula deve anunciar em breve

A Transpetro estudará, nos próximos 60 dias, as características dos navios para a ampliação da frota da companhia. Esse foi o prazo definido para o grupo de trabalho, criado na primeira reunião da nova diretoria realizada na última sexta-feira (28). O

GT fará um levantamento sobre as demandas necessárias de navios, quais os estaleiros que podem construir esses navios e os respectivos custos. O presidente da Transpetro, Sérgio Bacci, voltou a dizer que a decisão de construir em estaleiros nacionais será tomada de forma responsável.

“O Brasil tem pressa, precisamos gerar empregos no país. Vamos construir navios no Brasil, mas não será a qualquer preço e a qualquer prazo. Temos que ter parâmetros para construir esses navios sem ter problemas”, reforçou Bacci, durante coletiva de imprensa, nesta quinta-feira (4), na sede da Transpetro, no Rio de Janeiro.

Na ocasião, Bacci chamou a atenção que, apesar de a produção de petróleo ter aumentado no país nas últimas décadas, a frota da Transpetro hoje totaliza 26 navios próprios, de cabotagem e de longo curso — menos da metade dos 57 navios que havia a partir de 1997, período em que a produção de petróleo no Brasil sofreu aumento significativo.

Os 26 navios em operação correspondem às entregas do Programa de Modernização e Expansão da Frota da Transpetro (Promef). “Se não fosse o Promef, muito possivelmente a Transpetro não teria absolutamente nenhum navio. Isso mostra a importância de construir navio no Brasil”, salientou. Ele ponderou que a Transpetro seguirá as orientações que vierem da Petrobras, sua controladora, e, conseqüentemente do governo federal, principal acionista da companhia. “Estamos conversando para entrar no hall de prioridades do governo federal que o presidente Lula deve anunciar em breve”, adiantou.

Além do GT, a Transpetro também se juntará à Petrobras numa comissão mista montada pela companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para discutir financiamentos. Bacci salientou que as embarcações demandarão recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), principal instrumento de fomento setorial para financiar a indústria naval e a marinha mercante brasileira.

As conversas abertas são no sentido de identificar quais tipos de navios são necessários para atender à Petrobras. A idade média da frota da Transpetro atualmente é de oito anos, sendo que um petroleiro costuma operar, em média, entre 20 e 25 anos. Além dos 26 navios de cabotagem e longo curso próprios, a Transpetro conta com 10 navios aliviadores (shuttle tankers) afretados do exterior. Bacci disse que a disponibilidade de navios específicos como esse na bandeira brasileira seria importante para dar segurança para o transporte da produção das plataformas marítimas para o continente, sobretudo em caso de algum problema na oferta dessas embarcações estrangeiras.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 077/2023
Página 58 de 58
Data: 05/05/2023
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

A Transpetro opera navios para produtos claros e produtos escuros, além de navios de longo curso que levam petróleo cru ou combustível refinado para o exterior e opera aliviadores. A expectativa, segundo Bacci, é que a incorporação futura de navios de bandeira nacional à frota reduza os custos com afretamento de navios de bandeira estrangeira. “Se construirmos navios para atender à Petrobras, vamos interferir no preço do afretamento. Mais demanda, interferimos diretamente no preço desses afretamentos. O motivo econômico é razoável”, defendeu.

Ele explicou que hoje a frota da Transpetro atende basicamente a Petrobras, que continuará a ser seu principal cliente, fortalecendo o papel da subsidiária de braço logístico da controladora. Bacci mencionou que a Transpetro possui um contrato de afretamento para operação de um navio na rota Coari-Manaus. O presidente da Transpetro ressaltou que foi uma oportunidade identificada para um navio que estava ocioso. “Cliente para utilizar navios no Brasil não faltam, existem várias operadoras que precisam de navios. Podemos contribuir com a Petrobras para reduzir custo de afretamento que ela tem com terceiros”, avaliou.

Leia também:

Transpetro apresentará modelo responsável para construção de navios no Brasil, diz Bacci

<https://www.portosenavios.com.br/noticias/ind-naval-e-offshore/transpetro-apresentara-modelo-responsavel-para-construcao-de-navios-no-brasil-diz-bacci>

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 05/05/2023



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 05/05/2023